

Calisto Cossa hipotecou Matola ao BCI



O reeleito edil da Matola, Calisto Moisés Cossa, hipotecou o agora mais populoso Município de Moçambique ao BCI, pelo menos até 2025, com uma dívida de 1,4 bilião de meticais e que custa anualmente 70 por cento das receitas para a construção da futura sede da Autarquia. “Por que é que não estamos lá? Casa nova, mobília nova” explicou em entrevista exclusiva ao @Verdade o Presidente do Conselho Autárquico.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

Tomas Salomão defende que povo deve pagar empréstimos ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM que considera “trampa internacional”

Enquanto o povo é idiotizado, com a detenção de cidadãos que terão beneficiado ilicitamente dos empréstimos ilegais, o partido Frelimo insiste no imperativo das dívidas serem pagas por todos. “Vão sempre olhar para nós com reserva, porque vocês são caloteiros. Vocês contraem dívidas e depois começam andar por aí nas ruas a dizer que não querem pagar”, declarou Tomas Salomão que classificou os empréstimos que o ex-Presidente Armando Guebuza garantiu terem sido contraídos “em defesa da Pátria Amada” como “uma trampa internacional”.

Texto: Adérito Caldeira

O antigo governante, banqueiro e membro da importante comissão política do partido Frelimo afirmou esta semana que atitude do Governo de Filipe Nyusi de não repudiar o pagamento das dívidas ilegais, “é a postura mais correcta, porque só ela é que vai permitir, se um dia tivermos que chegar a uma situação de que está dívida tem que ser feito o right off, ou seja o corte total, isso passa por Moçambique estar sentado na assembleia de credores, sem Moçambique estar sentado na assembleia de credores a discutir com aquelas caras difíceis, o ministro da Economia e Finanças, que na altura era meu colega como Governador do Banco (de Moçambique) sabe muito bem”.

“Moçambique tem gente que é capaz, gente que conhece o assunto e gente que pode induzir

os credores a terem esta posição de renegociação, que pode ser dilatar os prazos, mas que também se formos vistos como sérios o objectivo é que em algum dia esta dívida seja totalmente perdoada, mas precisamos de tratar o assunto com a seriedade que necessária e sermos vistos, ou pelo menos parecermos que somos sérios, porque nestas coisas o parecer, é”, disse Salomão em entrevista a Rádio e Televisão públicas.

O ex-ministro da Finanças de Joaquim Chissano explicou que o não pagamento dos empréstimos cria o problema “que quando Moçambique quiser ir buscar dinheiro lá fora, seja o Estado, sejam instituições financeiras, seja quem for, o dinheiro vai custar mais caro porque vão sempre olhar para nós com reserva, porque vocês

continua Pag. 02 →



A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Calisto Cossa hipotecou Matola ao BCI

O Tribunal Administrativo revela no seu Relatório e Parecer a Conta Geral do Estado de 2017 que: “Dos 9 Municípios que contraíram as dívidas com a banca, coube ao Conselho Municipal da Matola a maior parte, de 1.255.843 mil meticais, com o Banco Comercial de Investimentos (BCI), para a construção do Edifício Sede, com um período de maturidade de 11 anos. Até ao presente exercício, o saldo é de 1.417.309 mil Meticais.”

Calisto Cossa justificou a “situação da dispersão, os arrendamentos levou-nos a decidir pela construção do edifício sede. Elaboramos o projecto, todos os requisitos que foram exigidos, submetemos à Assembleia Municipal, fomos autorizados, submetemos à tutela e tivemos aval, temos tutelas financeira e administrativa”.

“Por que é que não estamos lá? Casa nova, mobília nova”, declarou o Presiden-

to estamos a mobilar para entrarmos”, aclarou Cossa que precisou que “o custo da construção foi de cerca de 800 milhões, na altura”.

Questionado pelo @Verdade como se perspectivou amortizar essa dívida Calisto Cossa afirmou: “Através de receitas. Um banco não financia sem ter a certeza que a instituição vai pagar. A ideia para pagar o edifício são as receitas próprias e também os rendimentos do arrenda-

Quadro n.º IX.23 – Relação dos Empréstimos Contraídos Pelos Municípios							
N.º Ordem	Instituição	Data de Assinatura	Valor do Financiamento/Divi da Inicial (Em mil MZN)	Saldo a 31/12/17 (Em mil MZN)	Maturidade	Instituição Credora	Observações
1	Conselho Municipal de Quimongo	21/12/2017	17.999	17.999	07/10/2019	BCI	Aquisição de 10 unidades de marca Mahindra
2	Conselho Municipal da Matola	24/12/2014	1.255.843	1.417.310	02/10/2025	BCI	Construção do Edifício Sede
3	Conselho Municipal de Xai-Xai	01/08/2012	231.48	0,0	01/08/2014	BCI	n.d.
4	Conselho Municipal de Inhambane	08/12/2016	3.000	0,0	n.d.	n.d.	Arrendamento do campo Municipal
5	Conselho Municipal da Cidade de Chokwe	03/10/2016	39.300	3.664	02/10/2019	BCI	Aquisição de um cilindro abridor e DM51 48 e uma Motocicleta
6	Conselho Municipal de Catandara	08/12/2015	1.200	0,0	0,0	n.d.	n.d.
7		29/01/2018	0,0	8.506		BCI	Aquisição de uma Motocicleta e uma máquina carregadora
8	Conselho Municipal de Penha	03/06/2015	120.000	74.204	31/12/2018	BBM	Aquisição de equipamentos, reabilitação de estradas e reforço de segurança
9	Conselho Municipal de Namutanga		0,0	0,0	3 Anos	BBM	Aquisição de motocicletas e 21 motorizadas
Total			1.484.133	1.521.682			

Fonte: DNT.

O imponente edifício de 9 andares que deverá albergar todas Vereações e serviços municipais, uma biblioteca, um auditório e até um centro de negócios está pronto há cerca de 1 ano mas não tem data para ser inaugurado, embora inicialmente estivesse previsto ser ocupado a partir de finais de 2017.

“Nós como município funcionamos de uma forma dispersa, algumas Vereações funcionam em casas arrendadas que não tem estrutura para a demanda dos serviços, por ano estamos a pagar em rendas e manutenção 12 milhões de meticais, o que é muito dinheiro para o Município”, começou por explicar ao @Verdade o edil.

te do Conselho Autárquico revelando ao @Verdade que no montante do empréstimo estava incluída a verba para o mobiliário.

“A ideia para pagar o edifício são as receitas próprias e também os rendimentos do arrendamento do próprio edifício”

“O custo da construção e mobiliário de 1,2 bilião (de meticais) quase que atingia 2 biliões (de meticais), acabamos conversando com o banco e com a tutela e brevemente vamos entrar, ainda este semestre. Primeiro o presidente (do conselho autárquico), a Vereações, neste momen-

mento do próprio edifício”.

“O interessante é que o edifício auto financia-se, temos solicitações para alugar algumas áreas que o Município não vai ocupar, o que vai ajudar no pagamento”, tentou explicar o edil vangloriando-se que: “Neste momento o Município da Matola paga cerca de 95 por cento das suas despesas só com receitas próprias, estamos a caminhar para autossuficiência, há um trabalho sério na arrecadação, não ficamos a depender das transferências do Governo Central”.

No entanto Cossa reconheceu que desde a contratação do empréstimos, e ultrapassado o período de graça de



3 anos, “houve alterações dos juros, mas o esforço que temos como Município é arrecadar a receita para pagar este edifício. De uma prestação mensal que tínhamos de 18 (milhões de meticais), por causa da subida da taxa de juro, passamos para 28 (milhões de meticais), o que não é pouco”.

Custo anual dos juros da futura sede do Conselho Autárquico é tanto quanto Calisto Cossa investiu em infra-estruturas desde 2014

Contudo o @Verdade descobriu que o custo anual dos juros da futura sede representa cerca de 70 por cento das receitas próprias do Município da Matola que em 2019, por exemplo, estão planificadas em 478 milhões de meticais.

No global a Autarquia espera arrecadar 906 milhões de meticais, contabilizando as transferências do Estado (o Fundo de Investimento de Iniciativa Autárquica, o Fundo de Compensação Autárquica e o Programa Estratégico para a Redução da Pobreza) e também as receitas do Fundo de Estradas e de Jogos, para uma despesa

corrente de 462 milhões de meticais.

Fazendo um balanço do seu 1º mandato Calisto Cossa quantificou em cerca de 400 milhões de meticais os investimentos realizados desde 2014. “Para circular na Matola não era fácil, fizemos muitas estradas (...) construímos vários edifícios como uma nova sede para posto Administrativo na Matola A, a Tesouraria Central onde funciona a vereação da terra através de uma parceria público privada com um banco para bancarização da cobrança das taxas, antes de tomarmos a decisão de construímos o edifício sede. Na polícia municipal construímos um edifício de cobrança, com base no orçamento participativo construímos um muro de vedação de uma escola à escolha da população, construímos um centro de saúde de raiz em Malhampsene”.

Acontece que este montante é tanto quando custam os juros anuais apenas da futura sede do Conselho Autárquico, que são de aproximadamente 336 milhões de meticais. No Orçamento municipal de 2019 estão inscritos 444 milhões de meticais apenas para despesas de capital.

→ continuação Pag. 01 - Tomas Salomão defende que povo deve pagar empréstimos ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM que considera “trampa internacional”

são caloteiros. Vocês contraem dívidas e depois começam andar por aí nas ruas a dizer que não querem pagar, porque essa outra parte não lhe diz respeito”.

Na semana em que a Sociedade Civil iniciou uma petição online para exigir que o Secretário Económico do Tesouro do Reino Unido, John Glen, ponha as instituições do seu país a investigarem os bancos que emprestaram os 2,2 milhões de dólares norte-americanos, o influente membro do partido no poder declarou: “eu até simpatizo, solidarizo-me com esses movimentos todos que dizem vamos falar com o VTB, vamos

com a Credit Suisse explicando a eles de que está dívida foi mal contraída, isto é uma dívida anti constitucional, tudo bem, vamos dar força a esses compatriotas que estão a fazer isso, para que esta mensagem chegue onde tem que chegar. Ela há-de chegar aos accionistas destas instituições, parece-me um esforço genuíno e correcto, e sobretudo porque os mais penalizados são os mais pobres e os mais desfavorecidos”.

Empréstimos que o ex-Presidente Guebuza garantiu terem sido contraídos “em defesa da Pátria Amada” são

“uma trampa internacional”

“Mas por outro lado é preciso termos presente que na assembleia de credores quem deve é Moçambique. Se é constitucional, se é anti-constitucional, se é legal ou ilegal, esse assunto não é assunto deles. O que é preciso fazer é mandar quem de direito e que represente o Estado, neste caso o ministro das Finanças, para estar nessa assembleia de credores e perante esses credores invisíveis e procurar renegociar essas dívidas até conseguirmos chegar a um quadro e que esses credores possam dizer que os argumentos que eles apresentam são tão sérios que ou vamos renegociar os

rescalonamento das dívidas ou perdoar na totalidade essas dívidas, mas para chegarmos lá é preciso que os outros nos vejam como gente séria no tratamento dos assuntos”.

Na óptica de Tomás Salomão os empréstimos que o ex-Presidente Armando Guebuza garantiu terem sido contraídos “em defesa da Pátria Amada e do maravilhoso povo moçambicano” são “uma trampa internacional, basta ver quem são os envolvidos e os implicados temos moçambicanos, libaneses e temos gente de outras nacionalidades. É verdade que o destino era Moçambique, mas estes

vendedores destes produtos estão por aí pelo mundo fora e a vender este tipo de trampas”.

“O país tem que ter a capacidade de olhar para este tipo de coisas e saber, em função daquilo que são as suas disponibilidades, os seus recursos, se vai aguentar pagar ou não, hoje estamos numa situação em que estamos com um nível de dívida insustentável”, concluiu Salomão ignorando que os seus camaradas disseram mais do que uma vez que a Proindicus, EMATUM e MAM tinham viabilidade para gerar receitas e amortizarem sozinhas os empréstimos que contrataram violando a Constituição da República.

Editorial

averdademz@gmail.com

Prendam os deputados também

Diante das detenções que têm vindo acontecer no âmbito das dívidas contraídas ilegalmente pelo Governo da Frelimo, já se deveria quebrar a imunidade dos deputados da banca parlamentar da Frelimo na Assembleia da República. Pois, os deputados da Frelimo mostraram, várias vezes, que não estão na Assembleia da República em representação do povo moçambicano, mas sim para acomodar interesses pessoais de um grupo de gananciosos.

Os moçambicanos assistiram aos deputados do partido Frelimo, “em consciência”, a legalizarem as dívidas inconstitucionais e ilegais das empresas EMATUM, Proindicus e MAM. Este ban-

do votou à favor do projecto de Resolução que aprova a Conta Geral do Estado de 2015, usando o argumento segundo a qual os deputados acreditam no empenho do Governo de Nyusi em corrigir as falhas deixadas.

Na verdade, os deputados da Frelimo usaram argumentos falaciosos para justificar a inclusão das Garantias que o Governo de Armando Guebuza concedeu na Conta Geral do Estado de 2015, dentre os quais o dinheiro dos empréstimos foram usados para o desenvolvimento do país.

O destino dos mais de 2 bilhões de dólares era supostamente o desenvolvimento de actividades rentáveis

para o país. Mas hoje se sabe que o dinheiro não foi usado apenas para a implantação e gestão do Sistema Integrado de Monitoria e de Protecção (SIMP). O valor foi usado para enriquecer uma corja de necrófagos, que planeou este golpe, sabendo, de antemão, que poderiam contar com os deputados da Frelimo.

No entanto, os deputados da bancada parlamentar da Frelimo são cúmplices nesta roubalheira toda, pois importa esclarecer que a contratação dos empréstimos só foi possível graças a Garantias Soberanas do Estado, que para a sua emissão violou a Constituição da República assim como as leis Orçamentais de 2013 e de 2014. O Tri-

bunal Administrativo constatou essas violações assim como a Comissão Parlamentar de Inquérito à situação da Dívida Pública. Resumindo, os deputados sabiam de que se tratava de um roubo ao Estado moçambicano, mas mesmo assim não se fizeram de rogados.

Portanto, há provas mais do que suficientes relativamente a cumplicidade ou o envolvimento dos deputados da Frelimo nas dívidas ilegais e, nesse sentido, deveriam ser chamados a barra do tribunal ouvidos e presos, por serem parte importante do problema, ao legitimarem o grande roubo que tem vindo a causar sofrimento profundo ao povo moçambicano.

Xiconhoca

Assassino do filho

Definitivamente, já não se fazem pais como antigamente. Um Xiconhoca de 45 anos de idade, que neste momento se encontra, detido é exemplo disso. O sujeito assassinou a própria filha de um ano, na cidade de Tete, durante uma das várias discussões com a esposa. A miúda sofreu golpe com recurso a um instrumento contundente e teve morte imediata. Xiconhocas desta espécie deveriam ser severamente punidos com uma pena capital.

Autoridades policiais

As nossas autoridades policiais são uma verdadeira comédia. Assistimos, através dos meios de comunicação social, um exercício hercúleo por parte dessa bando de Xiconhocas para proteger a imagem (o rosto, diga-se) dos corruptos que colocaram o país numa situação económica lastimável, mas quando se trata de cidadãos comuns os sujeitos fazem questão de mostrar o rosto a imprensa. Bando de improdutos!

Cidadão que vendeu filho

Há com cada Xiconhoca! O cidadão que tentou vender o filho é, sem sombras de dúvidas, a pior espécie de Xiconhocas. O sujeito, que agora está a contas com a Polícia da República de Moçambique (PRM), no distrito de Nicoadala, província da Zambézia, é acusado de anunciar a venda do próprio filho, pela quantia de 10 mil meticais. Definitivamente, já não se fazem pais como antigamente.

Sociedade

Por serem portadores de doença profissional ou crónica e degenerativa: Trabalhadores estão a ser postos na rua

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Internacional dos Trabalhadores (OIT) está a formar, desde a última quarta-feira, em Maputo, inspectores de trabalho e mediadores de conflitos laborais em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, para além da promoção em legalidade laboral.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

A formação, segundo Vitória Dias Diogo, a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, vai contribuir para consciencializar os empregadores e as organizações sócio-profissionais, trabalhadores, e a sociedade em geral, sobre a importância de se manter trabalhadores saudáveis.

Dirigindo-se aos inspectores e mediadores de conflitos laborais, a governante disse que os desafios que lhes são colocados são o uso de novas tecnologias e a crescente precariedade das relações de trabalho.

No decurso da sua intervenção, Vitória Dias Diogo afirmou que, durante o presente quinquénio, o Governo promoveu várias acções na componente educativa e preventiva, das quais, 8.593 palestras, abrangendo um total de 247.882 trabalhadores, onde, entre outras matérias,



foram abordados aspectos relacionados com a prevenção e vida saudável e positiva.

“Infelizmente, continuamos a notar com preocupação a existência de algumas empresas que despedem os seus trabalhadores por terem conhecimento da sua doença profissional ou crónica e degenerativa, pelo que os inspectores do trabalho e os mediadores de conflitos laborais, devem continuar a privilegiar o seu papel pe-

dagógico e orientador, adoptando medidas enérgicas contra as empresas que infringem as normas laborais”, frisou Vitória Dias Diogo.

Neste contexto, durante o presente quinquénio, foram realizadas 36.222 acções inspectivas que resultaram na detecção de 51.446 irregularidades, das quais 40.229 mereceram advertências e 11.227 autuações (multas).

Aos inspectores do Trabalho

e mediadores de conflitos laborais, a ministra exortou-os a estarem permanentemente focados na prevenção dos conflitos laborais, das greves, ou através de intervenções de natureza pedagógica, ou inspectiva, visando a promoção do cumprimento voluntário da Lei.

Em representação da OIT, Edmundo Werna, disse que a sua organização vai continuar a apoiar o Governo na capacitação e formação de quadros para combater o HIV-Sida e a discriminação no ambiente do trabalho. As Nações Unidas estão representadas neste projecto pela OIT, ONUSIDA e PNUD.

“Nós estamos juntos como parte de um grupo do PNUD para prestar o nosso apoio e assistência técnica, e outros tipos de cooperação para que o treinamento possa desenvolver-se”, concluiu Edmundo Werna.

Ficha Técnica

NAMPULA-Av. 25 de Setembro 57 A
Telémóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO-Avenida Mao Tse Tung 479
Telémóvel+258 86 45 03 076

E-mail:averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;
Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.

Sociedade

Inácio Dina transferido de Maputo para Manica com novas funções e Comando-Geral da PRM tem novo porta-voz

Inácio João Dina já não é chefe de Departamento de Relações Públicas e porta-voz do Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), em consequência de ter sido nomeado director da Ordem e Segurança Pública no Comando Provincial da PRM, em Manica. O @Verdade apurou que o seu substituto na transmissão de opiniões/posição do Comando-Geral é Orlando Modumane, e já exerceu as mesmas funções no Comando da Cidade de Maputo.

Texto: Redacção

Inácio Dina foi porta-voz do Comando-Geral da PRM desde 2015, ido da província de Nampula, onde desempenhou as mesmas funções.

O novo director da Ordem e Segurança Pública em Manica

é mestrado nesta matéria pela Academia de Ciências Policiais (ACIPOL).

“É com sentimento de gratidão que me despeço da função de comunicador institucional (...). Quero agradecer o carinho, en-

sinamento e suporte proporcionados ao longo dos 9 anos de porta-voz, em Nampula e no Comando-Geral da PRM. Peço o mesmo apoio e mais ainda nas novas funções, pois juntos poderemos fazer a Ordem e Segurança Pública, à medida de cada

residente de Manica, em particular e de cada moçambicano, em geral”, disse Dina, salientando que está sempre às ordens.

Orlando Modumane era porta-voz, há anos, no Comando da PRM na capital do país.

Pai é acusado de tentar vender o filho na Zambézia

Um cidadão está a contas com a Polícia da República de Moçambique (PRM), no distrito de Nicoadala, província da Zambézia, acusado de anunciar a venda do próprio filho, pela quantia de 10 mil meticais.

Texto: Redacção

O comprador era supostamente um homem residente na cidade da Beira, em Sofala, segundo Sidner Lonzo, porta-voz do Comando Provincial da PRM, naquele ponto do país.

Para lograr os seus intentos, o indiciado alegou que o miúdo faria uma viagem àquela urbe com

a finalidade de estudar.

O caso, classificado como tráfico humano, chegou aos ouvidos da Polícia através de uma denúncia feita pelo presumível comprador, que, em sua defesa, contou que fora contactado pelo pai do menor porque precisava de dinheiro.

O homem negou ter tentado vender o filho, mas o @Verdade apurou que o dinheiro seria para pagar algumas dívidas e comprar comida.

Em declarações às autoridades policiais, a criança confirmou que quando o seu progenitor informou que ele devia viajar na

companhia de uma pessoa que não conhecia achou que era para estudar.

Informações ainda a nosso poder dão conta de que, desde o ano passado, o indivíduo ensaiava a venda do filho à revelia da mulher e de toda a família.

Mundo

Guaidó quer um milhão de voluntários no sábado para distribuir ajuda humanitária

A oposição venezuelana tem pela frente dias decisivos na sua batalha pela legitimidade face ao Governo de Nicolás Maduro. A entrada de ajuda humanitária tornou-se no aspecto mais visível desse embate e os dois lados começam a mobilizar as armas à sua disposição.

Texto: Público de Portugal

Para o líder da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, reconhecido como Presidente interino por parte da comunidade internacional, o plano para fazer entrar no país as toneladas de comida e medicamentos que há mais de uma semana estão armazenadas na fronteira colombiana envolve uma mobilização maciça de grupos de voluntários. Esta segunda-feira, Guaidó disse que há 700 mil pessoas a participar em acções de apoio à população mais carenciada, mas o objectivo é que no sábado esse número alcance um milhão.

“As brigadas humanitárias serão a representação dos seus estados em cada uma das fronteiras por onde entrará a ajuda”, afirmou Guaidó num vídeo publicado nas redes sociais. O autoproclamado Presidente interino tinha prometido na semana passada que a ajuda humanitária atravessaria a fronteira venezuelana a 23 de Fevereiro, quando se assinala um mês desde que se declarou chefe de Estado.

O líder oposicionista conta com

um forte apoio internacional, especialmente nos Estados Unidos, a partir de onde foi enviada a ajuda humanitária. O senador republicano Marco Rubio, um dos políticos norte-americanos mais duros contra Maduro, deslocou-se no fim-de-semana a Cúcuta, a cidade colombiana na fronteira com a Venezuela onde estão armazenados alimentos e medicamentos.

“É impressionante parar aqui e ver um país que neste momento está a sofrer, e a quantidade de ajuda do lado de cá, pronta e disponível para distribuir. E quem impede isso? Os seus próprios mandatários ilegítimos”, afirmou Rubio, citado pelo El País.

O senador referia-se a Maduro, que enviou as Forças Armadas para a fronteira com a Colômbia para impedir a entrada dos camiões com mantimentos. O Presidente venezuelano insiste que no país não existe qualquer crise humanitária e que a oposição quer apenas usar a situação para potenciar um confronto com os militares. Nos últimos dias, as regiões fronteiriças foram refor-

çadas com mais militares que, apesar de algumas deserções, mantêm o apoio ao regime.

Em Miami, o Presidente dos EUA, Donald Trump, reforçou o apoio a Guaidó e apelou às Forças Armadas que permitam a entrada de ajuda humanitária no país, deixando uma ameaça velada: “Os Estados Unidos sabem onde é que os líderes militares e as suas famílias têm dinheiro escondido pelo mundo.”

A União Europeia também está preocupada com o bloqueio imposto pelas Forças Armadas e vai enviar esta semana uma missão integrada no Grupo de Contacto Internacional para avaliar no terreno quais as condições de organização e realização de eleições livres e de envio e distribuição de ajuda humanitária. O ministro português dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, acredita que não serão colocados quaisquer obstáculos ao acesso da missão ao território venezuelano e que esta terá “todas as condições para realizar o seu trabalho”, que passa

por contactos com organizações não-governamentais, grupos da sociedade civil, a Igreja Católica, o grupo directivo da Assembleia Nacional e outros representantes da oposição e ainda as autoridades nacionais.

Há uma semana, Bruxelas anunciou a disponibilização de mais cinco milhões de euros ao seu programa de assistência humanitária à Venezuela, que está actualmente suspenso por falta de cooperação das autoridades que controlam o território. “É responsabilidade do regime de Maduro que a assistência humanitária não esteja ainda no terreno”, afirmou Santos Silva.

O Governo russo, apoiante de Maduro, descreveu a pressão para que a ajuda humanitária entre na Venezuela como uma “crónica de uma provocação anunciada”, através da porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Maria Zakharova. Moscovo acusa a oposição de estar a forçar “uma provocação para que os guardas fronteiriços e os militares recorram à força”.

Xiconhoquices

Não cobrança dos FDD

É deveras preocupante a não cobrança do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), o famoso “7 milhões”, criado em 2006 e valeu ao seu criador um inédito Doutoramento Honoris Causa em Economia. Na verdade, ao invés de reduzir a pobreza, este fundo tornou-se num dreno de dinheiros públicos para alavancar o partido Frelimo nas zonas rurais e por isso os sucessivos governos não têm criado os necessários mecanismos para o seu reembolso. Entre 2012 e 2017 mais de 6 biliões de meticais foram desembolsados e “a solicitação dos reembolsos é feita por via de sensibilização oral, o que propicia que não haja efectivação dos reembolsos”. O mais caricato é o facto de os distritos desviarem grande parte do Fundo de Desenvolvimento para despesas de funcionamento, na construção de infra-estruturas públicas e até na compra de consumíveis de escritório e alimentos deixando os pobres tal como estavam antes da chegada dos “7 milhões”.

Custos da descentralização

Num país em que mais da metade da população vive na pobreza extrema, é um insulto de proporções gigatesca o valor que será usado no processo de descentralização. Aliás, o pacote legislativo da descentralização aprovado semana passada pelo Conselho de Ministros vai custar mais 52,5 milhões de meticais ao erário, é dinheiro para pagar salários aos Secretários de Estado na Província e adquirir as respectivas viaturas protocolares. Ou seja, cada um dos senhores que que forem nomeados pelo Presidente da República irá embolsar cerca de 200 mil meticais mensais. E como se isso não bastasse, o Executivo pretende afectar viaturas protocolares a cada um dos Secretários de Estado e para o efeito cada um destes representantes do Estado na província vai poder pagar até 2.500.000 pela viatura que escolher.

Mais dívida pública para financeira LAM e Petromoc

O Governo moçambicano é, sem sombras de dúvidas, anormal. Esse bando liderado de Filipe Nyusi, tem vindo a afundar a economia do país a cada dia que passa. A título de exemplo, o Governo de Nyusi injectou na falida Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) 1,4 bilião de meticais para ajudá-la a reestruturar as dívidas correntes que ascenderem a 10,7 biliões de meticais. É mais endividamento que eleva o stock da Dívida Pública Interna para 129 biliões de meticais, cerca de 30 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Em falência técnica desde 2015 a companhia aérea de bandeira nacional está em aparente reestruturação desde Julho de 2018 quando o Conselho de Administração dirigido por António Pinto foi demitido. Na mesma situação está a petrolífera estatal, a Petromoc.

Explosão de granadas fere sargentos da PRM em Nhamatanda

Dez alunos e um instrutor afectos à Escola de Sargentos da Polícia Osvaldo Tanzama, ficaram feridos, alguns com gravidade, na sequência da explosão de duas granadas, ocorrida na noite de quinta-feira (14), no distrito de Nhamatanda, província de Sofala.

Texto: Redacção

O chefe de Relações Públicas naquele estabelecimento de ensino policial, Bruno Matusse, explicou ao @Verdade, em contacto telefónico, que o acidente aconteceu por volta das 22h30 durante a instrução.

O comandante-geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), Bernardino Rafael, também confirmou a ocorrência, numa cerimónia de patenteamento de 120 cadetes finalistas na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL).

Das vítimas consta um mulher de 30 anos de idade, ferida com gravidade, a par de um colega de formação.

As autoridades do Hospital Central da Beira (HCB), para onde os feridos foram socorridos, idos do Hospital Rural de Nhamatanda (HRN), disseram que nove pacientes já tiveram alta médica. Os outros dois vão permanecer internados durante uma semana, pelo menos.

A instrução consistia num exercício denominado "marcha longa", que visava também munir os instruídos de técnicas de patrulha. Durante o arremesso das granadas, estas caíram sobre uma pedra, tendo os estilhaços atingido as vítimas.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
avardademz@gmail.com

Nenhum dos 9 detidos é responsável pelas inconstitucionalidades e ilegalidades das dívidas da Proindicus, EMATUM e MAM



A detenção preventiva de nove cidadãos que alegadamente beneficiaram de forma indevida das dívidas das empresas Proindicus, EMATUM e MAM sugere que a Procuradoria-Geral da República (PGR) continua a ignorar o principal problema do povo moçambicano neste caso: os empréstimos de 2 biliões de dólares norte-americanos foram contraídos violando a Constituição da República e as leis orçamentais. Nenhum dos detidos é responsável pelas inconstitucionalidades e ilegalidades que obrigam o povo a pagar essas dívidas. As súbitas iniciativas da PGR em fazer justiça são parte da campanha eleitoral do partido Frelimo para as eleições gerais de 2019, que oficialmente iniciou semana passada.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Stéphane Geufroi/Jornal Ouest-France

continua Pag. 06 →

Frelimo escolhe novas chefias para assistência às províncias, é a oficialização da pré-campanha eleitoral

A Frelimo, que já em plena pré-campanha eleitoral, conta com novas brigadas centrais para assistência às províncias, desde a última quarta-feira (13). Alguns políticos foram movimentados de uma província para outra e outros foram nomeados pela primeira vez.

Texto: Redacção

O Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, que comandava a briga do Niasa, é um dos membros da Comissão Política afastados da chefia das referidas brigadas centrais.

O @Verdade entende que Carlos Agostinho do Rosário continuará a fazer a máquina administrativa funcionar, enquanto os restantes membros do Governo se empenham em garantir a vitória da Frelimo e do seu candidato nas eleições gerais de 2019. Ele coadjuvará ainda o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, a prestar explicações necessárias em torno das dívidas ilegais.

Para além de Carlos Agostinho do Rosário, Alberto Chipande, Eneas Comiche, Verónica Macamo, Raimundo Pachinuapa, Manuel Tomé,

Tomás Salomão, Ana Rita Sithole e Nyeleti Mondlane já não são chefes de brigadas centrais da Frelimo.

Aliás, Manuel Tomé disse à RM, à TVM e ao Notícias – órgãos públicos que, apesar de funcionarem com base nos fundos do Estado, ou seja, com os impostos do povo fazem propaganda a favor da Frelimo e do Governo – que a imagem da Frelimo está manchada por conta das dívidas ilegais, supostamente porque as redes sociais fazem e desfazem.

"Ninguém questiona o autor numa rede social. Pode dizer o que quer, escrever o que quer, se quiser insultar, insulta, etc, etc. Nós estamos com problema que é a lei sobre as transacções electrónicas", cujo regulamento ainda não foi aprovado. "Quem tem que propor o re-

gulamento é o Governo. Nós temos que pedir ao Governo para trabalhar de forma mais célere nesta questão", afirmou Manuel Tomé.

Celso Correia, membro do Comité Central e ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, foi indicado director da campanha da Frelimo para as eleições presidenciais, legislativas e províncias de 15 de Outubro.

O governante assumiu posição idêntica nas eleições gerais de 2014, quando ele ainda era PCA do Banco Comercial e de Investimento (BCI).

Com a nova decisão da Comissão Política, as brigadas centrais passam a ser dirigidas pelas seguintes figuras:

Cidade de Maputo – Esperança Bias e

continua Pag. 06 →

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
avardademz@gmail.com

→ continuação Pag. 05 - Nenhum dos 9 detidos é responsável pelas inconstitucionalidades e ilegalidades das dívidas da Proindicus, EMATUM e MAM

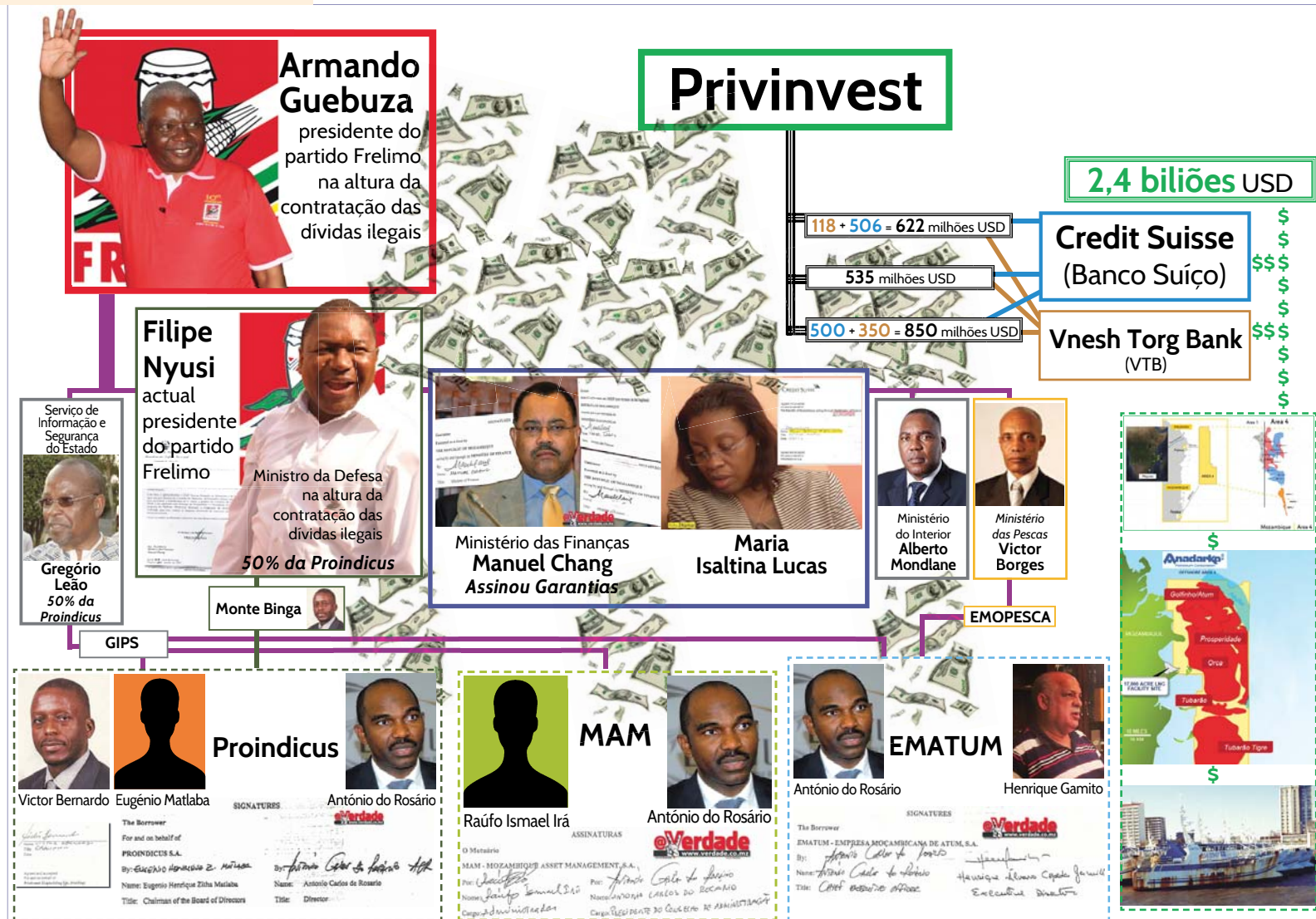
Entre quinta-feira (14) e sábado (16) foram detidos, em Maputo, os cidadãos Gregório Leão, António Carlos do Rosário, Teófilo Nhanguemele, Inês Moiane, Bruno Tandane, Sérgio Namburete, Elias Moiane, Sidónio Siteo e Ndambi Guebuza, alegadamente pelo seu envolvimento no caso das dívidas ilegais. Durante o sábado (16), as detenções preventivas foram legalizadas pelo Tribunal Judicial da Cidade de Maputo.

Oficialmente, a PGR ainda não divulgou que acusações pendem sobre estes cidadãos. Contudo, o @Verdade apurou que os mandatos de detenção indicam os crimes de peculato e de branqueamento de capitais.

Independentemente dos crimes de que os nove cidadãos sejam acusados, julgados e quiçá condenados, essa justiça não servirá para resolver o principal problema de Moçambique, que é o facto de as dívidas ilegais terem sido legalizadas pelos deputados da Frelimo e o povo estar a ser obrigado a pagá-las.

Aliás, mesmo que estes arguidos sejam julgados, condenados e os seus bens arrestados pela justiça, nunca será suficiente para aliviar o fardo do povo moçambicano. Os subornos que terão sido alegadamente pagos aos banqueiros, aos moçambicanos e ao representante do grupo Privinvest, de acordo com a justiça norte-americana, totalizam somente 123 milhões de dólares norte-americanos, quantia muito aquém dos 263 milhões de dólares que o Governo de Filipe Nyusi pagou entre 2015 e 2016, em juros e algumas prestações dos empréstimos da Proindicus e da Empresa Moçambicana de Atum.

Importa recordar que o Executivo do partido Frelimo, que liderou a legalização dos empréstimos inconstitucionais, está a negociar com os bancos e outros credores a retoma dos pagamentos usando o dinheiro do povo já a partir deste ano. As pro-



jecções dos custos da amortização das dívidas reestruturadas indicam que no total, até 2033, o custo poderá ascender a 4 biliões de dólares norte-americanos. Na semana passada o partido no poder reiterou esta vontade de continuar a pagar as dívidas ilegais através do seu novo Chefe da Mobilização e Comunicação, Manuel Tomé, que em entrevista aos meios estatais declarou: “Nós (partido Frelimo) estamos convencidos de que o desfecho vai ser justo, embora o resto que tenha que acontecer prejudique os cidadãos.”

Detenções à tempo de evitar extradição de Chang e do Comité Central do partido Frelimo

Portanto se a intenção da PGR fosse fazer justiça à favor do povo moçambicano antes, ou paralelamente, a responsabilização pelo uso dos 2 biliões

de dólares norte-americanos a instituição comandada por Beatriz Buchili deveria ter solicitado a fiscalização da constitucionalidade dos empréstimos e daí iniciar o processo de não pagamento.

Mas a fiscalização da constitucionalidade dos empréstimos levaria a conclusão que os mesmo só aconteceram porque a Constituição da República foi violada tal como as leis orçamentais de 2013 e de 2014. Conclusão a que o Tribunal Administrativo e a Comissão Parlamentar de Inquérito a situação da Dívida Pública chegaram em 2016 e foi reiterada pela Auditoria realizada pela Kroll em 2017.

Além de servir para os moçambicanos não pagarem as dívidas ilegais essa conclusão implicaria responsabilização de quem assinou as Garantias, o ex-ministro Manuel Chang e a ex-directora nacional do Tesouro Maria

Isaltina Lucas, mas também do seu chefe de governo: o antigo Presidente da República e ex-presidente do partido Frelimo Armando Emílio Guebuza.

Ainda que não existam documentos, pelo menos de conhecimento público, que o ex-Presidente autorizou a contratação dos empréstimos violando a Constituição da República, Armando Guebuza admitiu à Comissão Parlamentar de Inquérito a situação da Dívida Pública que estava a par do dossier e afirmou mesmo que “os membros do Governo são solidários nos actos praticados por qualquer dos ministros”, o que de certa forma implica os restantes membros do seu Executivo, como o então ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi.

O @Verdade revelou que o actual Presidente de Moçambique e do partido Frelimo

tutelou as empresas Proindicus e MAM tendo mesmo rubricado diversos documentos que relacionados com as actividades da Proindicus, que é a empresa mãe de todo o caso das dívidas inconstitucionais.

Sendo evidente que o momento destas detenções preventivas, quase 4 anos após a PGR ter aberto os processos de investigação às empresas EMATUM, Proindicus e MAM, é crucial para ajudar a evitar a extradição para os Estados Unidos da América do ex-ministro Manuel Chang, detido na África do Sul desde finais de 2018, acontecem também na antecâmara de um importante conclave do partido Frelimo e para o qual se procura desresponsabilizar o actual candidato presidencial de qualquer envolvimento nas dívidas ilegais e assegurar a sua reeleição para um 2º mandato como Chefe de Estado moçambicano.

→ continuação Pag. 05 - Frelimo escolhe novas chefes para assistência às províncias, é a oficialização da pré-campanha eleitoral

Bruno Morgado;
Província de Maputo – Carmelita Namashulua;
Gaza – Conceita Sortane e Arlindo Chilundo;
Inhambane – Alcinda de Abreu e Chakil Abubacar;
Sofala – Sérgio Pantie e Celmira da Silva;
Manica – Filipe Paúnde e Leonor das Neves;
Tete – Luísa Diogo e Eduardo Mariano Abdula;
Zambézia – Basílio Monteiro;
Nampula – Margarida Talapa e Carlos Mesquita;
Cabo Delgado – Eduardo Mulémbuê e Cidália Chaúque;
Niassa – Aires Ali e Atanásio M'Tumuke.

Da nova lista dos chefes das brigadas centrais, Carmelita Namashulua e Luísa Diogo são os únicos nomes que não fazem parte da Comissão Política da Frelimo.

Ainda na reunião de quarta-feira, a Comissão Política da Frelimo criou o gabinete central de preparação das eleições, dirigido pelo secretário-geral do partido, Roque Silva.

Manuel Tomé, que liderava a brigada central da Zambézia, passa a chefiar a Mobilização e Comunicação, tendo como adjunto Caifadine Manasse, porta-voz do partido.

Naufrágio faz sete óbitos e 27 feridos em Inhambane

Sete pessoas morreram e outras 27 contraíram ferimentos graves e ligeiros, devido a um naufrágio ocorrido na tarde de domingo (17), na cidade da Maxixe, província de Inhambane, na sequência de um curto-circuito no motor da embarcação na qual as vítimas viajavam.

Texto: Redacção

Dos sete óbitos, três são crianças. Dos feridos, 24 são ligeiros e três graves, segundo um comunicado enviado às redacções, pelo governo da província de Inhambane.

A entidade esclareceu que o “acidente marítimo ocorreu na ponte cais da cidade da Maxixe, envolvendo uma embarcação com motor fora de bordo, transportando acima de 70 passageiros”.

Os sobreviventes foram assistidos no Hospital Rural de Chicuke e já tiveram alta, mas

aqueles que contraíram lesões graves continuam sob cuidados médicos no mesmo hospital, diz o documento que temos vindo a citar.

As autoridades marítimas avançam que o naufrágio foi provocado por um curto-circuito no motor, ocorrido quando o marítimo punha o barco a funcionar para iniciar com a viagem à cidade de Inhambane. Ao verem os sinais de fogo no motor da embarcação, os passageiros entraram em pânico e a embarcação virou.

O governo provincial de Inhambane não só endereçou as “mais sentidas condolências” às famílias atingidas pela tragédia, como também reuniu de emergência e constituiu uma comissão de inquérito para apurar as reais causas do naufrágio.

Igualmente, o executivo daquele ponto do país decidiu apoiar as famílias enlutadas, trasladando os corpos do Hospital Rural de Chicuke para os distritos de Homoine, Massinga, Morrumbene e cidade de Inhambane, de onde são provenientes.

Ossufo Momade escolhe seus assessores políticos de norte a sul de Moçambique

O presidente da Renamo, Ossufo Momade, divulgou, na segunda-feira (18), uma lista de 13 membros por si escolhidos para assessoria política ao seu gabinete nas três regiões do país.

Texto: **Emildo Sambo**

As escolhas, segundo justificou numa teleconferência dirigida aos seus membros na cidade de Maputo, prendem-se com a necessidade de “vencer as eleições legislativas, presidenciais e provinciais”.

Neste contexto, ele exortou ao partido a “imprimir mais dinâmica nas actividades político-partidárias de base”.

Para as províncias de Cabo Delgado e do Niassa, Ossufo Momade indicou Fernando Matoasanga e Fernando Tomé.

Em Nampula, os assessores políticos do gabinete do líder da Renamo são Carlos Manuel e Carvalho Pensado.

Victor Viandro e Sebastião Temporário foram confiados a mesma missão a partir da província da Zambézia, enquanto em Sofala, Manica e Tete estarão posicionados Francisco Maingue e Juliano Picardo, respectivamente.

Ossufo Momade nomeou ainda José Manteigas e Domingos Joaquim para Inhambane.

António Muchanga estará baseado em Gaza e Rahil Khan na capital do país.

Para Momade, estas indicações, bem como as outras mexidas no organograma do partido, “por si só não fazem mudanças mágicas”. É preciso trabalho.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



4.4.3. GARANTIAS E AVALES

135. O artigo 11 da Lei n.º 22/2017, de 28 de Dezembro, autoriza o Governo a emitir garantias e avales, no montante de 30.850,00 milhões de Meticais, tendo sido emitido até ao final do exercício económico Garantias no valor global de 5.567,9 milhões de Meticais, correspondente a 18,1% do limite fixado, a favor das seguintes instituições:

- Dois Termos de Garantia no valor global de 4.211,2 milhões de Meticais a favor da PETOMOC, referente a importação de combustível, sendo uma para o BIM no valor 2.343,2 milhões de Meticais e outra no montante de 1.868,0 milhões de Meticais para o BCI; e
- Carta de Fiança no montante de 1.356,7 milhões de Meticais a favor das Linhas Aéreas de Moçambique para efeitos de reestruturação de dívidas



Governo injecta 1,4 bilião para manter Linhas Aéreas de Moçambique a voar

O Governo de Filipe Nyusi injectou na falida Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) 1,4 bilião de meticais para ajuda-la a reestruturar as dívidas correntes que o @Verdade revelou ascenderem a 10,7 biliões de meticais. É mais endividamento que eleva o stock da Dívida Pública Interna para 129 biliões de meticais, cerca de 30 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Texto: **Adérito Caldeira** • Foto: **LAM**

continua Pag. 08 →

Secretário-geral da Renamo exonerado sem substituição e “todo” o organograma do partido foi mexido

Manuel Zeca Bissopo já não é secretário-geral da Renamo, desde a última sexta-feira (15), na sequência da sua exoneração pelo presidente do partido, Ossufo Momade. Este demitiu ainda o chefe do seu gabinete, Mateus Augusto, e no seu lugar nomeou Viana Magalhães, ora director do gabinete de eleições.

Texto & Foto: **Emildo Sambo**

O partido ainda não indicou outro secretário-geral e não se pronunciou a respeito do assunto.

Segundo os estatutos da Renamo, o secretário-geral é eleito. Ele é a entidade que coordena as actividades político-administrativas das estruturas do partido, a nível nacional.

Após o sexto congresso, realizado entre 15 e 17 de Janeiro deste ano, circularam informações segundo as quais Elias Dhlakama, irmão do falecido líder Afonso Dhlakama, era o próximo a ocupar aquele cargo.

O chefe do Estado-Maior e outros três oficiais de alta patente da Renamo foram igualmente destituídos e transferidos da base da Gorongosa para antigas bases nas províncias de Manica e Tete, segundo a Agência Lusa.

Contudo, Ossufo Momade não se referiu a esta informação, nem de leve, na teleconferência dada na segunda-feira (18), a partir da Serra da Gorongosa, para os seus correligionários em Maputo.



Manuel Bissopo era secretário-geral da “perdiz” desde Junho de 2012. Ora, ele é deputado da Assembleia da República (AR), desde 2009, pelo círculo eleitoral de Sofala, sua terra natal.

Em Janeiro deste ano, ele correu para a presidência da Renamo e foi derrotado por Ossufo Momade.

Em 2018, ele foi cabeça-de-lista da Renamo nas eleições autárquicas, no município da Beira, mas não venceu o escrutínio.

Ossufo Momade mexeu ainda mais na estrutura hierárquica do partido. Ele dispensou também Inácio João Reis e reconduziu-o ao cargo de chefe de Departamento de Mobilização.

Augusto Magaure Fernando foi bafejado pela mesma sorte e continuará a chefiar o Departamento de Organização e Estatística.

António Severino Timba foi igualmente destituído e, de seguida,

continua Pag. 19 →



→ continuação Pag. 07 - Governo injecta 1,4 bilião para manter Linhas Aéreas de Moçambique a voar

O Relatório de Execução Orçamental do período de Janeiro a Dezembro do ano passado revela que o Executivo emitiu uma “Carta de Fiança no montante de 1.356,7 milhões de Meticais a favor das Linhas Aéreas de Moçambique para efeitos de reestruturação de dívidas”.

Em falência técnica desde 2015 a companhia aérea de bandeira nacional está em aparente reestruturação desde Julho de 2018 quando o Conselho de Administração dirigido por António Pinto foi demitido e substituído por um direcção-geral encabeçada por João Carlos Pó Jorge.

16 biliões de meticais é o passivo total das Linhas Aéreas de Moçambique

O engenheiro Pó, como é tratado, encontrou uma LAM que não conseguia voar devidos aos anos de má gestão e delapidação que acumularam, no fecho do exercício económico de 2017, dívidas correntes com fornecedores, nacionais e estrangeiros, de 6.326.771.933 meticais e outros 1.808.010.084 com bancos. As dívidas de longo prazo totalizavam 5,4 biliões de meticais o que somado a outros passivos financeiros cifravam o passivo da empresa em 16, biliões de meticais.

Em Novembro o director-geral das LAM explicou em conferência de imprensa que a empresa não estava a amortizar as dívidas correntes nem a pagar os empréstimos de longo prazo à banca, “nós vamos ter que a pagar rees-



truturando, indo a banca”.

“Empresas de aviação não têm um retorno de investimento que seja grande e permita pagar a dívida, portanto tem que se ir a banca e reestruturar e já estamos a fazer esse trabalho com os bancos e com a ajuda do IGEPE”, explicou João Carlos Pó Jorge que no entanto prometeu atingir o break-even até Abril de 2019, “assumindo que conseguimos uniformizar a frota”.

No seu primeiro encontro com jornalistas o engenheiro Pó prognosticou iria reduzir o orçamento operacional, situado em 7 a 8 milhões de meticais mensais, “em cerca de 15 a 20 por cento no próximo ano, já estamos a trabalhar nisso, e já estamos a reduzir isso reduzindo alguns contratos”.

Todavia o @Verdade apurou que os gastos operacionais são muito mais elevados, em 2017 foram de mais de 600 milhões mensais e totalizaram 7,6 biliões no fecho a 31 de Dezembro passado, para rendimentos operacionais de pouco mais de 5,3 biliões de meticais.

Grande parte dos custos ope-

racionais são com combustíveis, 22 por cento, o preço do Jet A1 há alguns anos que foi liberalizado pelo Governo. O aluguer de aviões representa 14 por cento, as despesas com o pessoal 12 por cento, as amortizações e depreciações 13 por cento e os serviços adquiridos a terceiros pesam 17 por cento.

129 biliões de meticais é stock da Dívida Pública Interna que corresponde a cerca de 30% do PIB

No entanto o @Verdade sabe que com as receitas correntes e as injeções pontuais do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que representa os 96 por cento do acionista Estado moçambicano, as LAM estão a conseguir efectuar o pré-pagamento dos combustíveis e lubrificantes que as aeronaves precisam para voar.

Dívida Pública Interna chegou aos 129 biliões de meticais em Dezembro

O @Verdade entende que esta “Carta de Fiança” do seu principal accionista servirá como sinal de boa fé das LAM para a reestruturação bancária que está em curso, principalmente junto do Banco Comercial e de Investimentos a quem deve cerca de 4 biliões de meticais em empréstimos correntes e de longo prazo.

Contudo esta injeção do Go-

seguinte:

Nº	Nome do Projecto	Financiador	Valor	Matuidade	Graça	Taxa de Juro	Data de assinatura	Pagamento
1	Construção do Porto de Pesca de Angoche	BADEA	20.0 MUSD	25	5	1.25	12/10/18	Semi anual
2	Aquisição de Carruagens, Locomotivas, Vagões e equipamento ferroviário para os CFM	Eximbank da Índia	95 MUSD	25	5	1.50	31/12/18	Semi anual

134. No período em análise, foram desembolsos outros valores referentes aos contratos de anos anteriores, tendo sido ainda, assinados Acordos de Donativos dos seguintes Projectos:

- Programa de Fortalecimento de Cuidados de Saúde Primários;
- Desenvolvimento Integrado de Estradas Rurais (IFRDP);
- Agricultura Irrigada para Pequenos Produtores e Acesso ao Mercado;
- Empreendimentos Rurais;
- Apoio para o Desenvolvimento de Habilidade em Agricultura e Indústria;
- Recuperação e Agricultura Resiliente;
- Reforço de Capacidades Institucional da INCAJU

4.4.3. GARANTIAS E AVALES

135. O artigo 11 da Lei n.º 22/2017, de 28 de Dezembro, autoriza o Governo a emitir garantias e avales, no montante de 30.850,00 milhões de Meticais, tendo sido emitido até ao final do exercício económico garantias no valor global de 5.567,9 milhões de Meticais, correspondente a 18,1% do limite fixado, a favor das seguintes instituições:

- Dois Termos de Garantia no valor global de 4.211,2 milhões de Meticais a favor da PETOMOC, referente a importação de combustível, sendo uma para o BIM no valor 2.343,2 milhões de Meticais e outra no montante de 1.868,0 milhões de Meticais para o BCI; e
- Carta de Fiança no montante de 1.356,7 milhões de Meticais a favor das Linhas Aéreas de Moçambique para efeitos de reestruturação de dívidas

Maputo, Janeiro de 2019

verno só foi possível com recurso a mais endividamento interno. Embora o Banco de

mora” do Estado, o Relatório de Execução Orçamental revela que o Stock em Dezem-

132. Assim, o Stock da Dívida Interna no período em análise atingiu o montante de 129.091,5 milhões de Meticais, conforme a tabela 33.

Tabela 33: Dívida Interna (Em Milhões de Meticais)

Descrição	Saldo 31/12/2017	Emissão	Amortização	Stock final
Obrigações do Tesouro	32.591,3	19.051,2	4.934,4	46.708,1
Financiamento ao Orc. Estado	25.189,8	19.051,2	4.934,4	39.306,6
Reestruturação e Consolidação	7.401,5	0,0	0,0	7.401,5
Bilhetes de Tesouro	21.634,1	56.667,2	57.343,9	20.957,4
Outros	52.674,3	25.588,6	16.837,0	61.425,9
Banco Central	34.382,3	6.200,0	6.200,0	34.382,3
Reestruturação e Consolidação	12.181,2	6.915,1	10.283,0	8.813,3
Financiamento Bancário	6.110,8	12.473,5	354,0	18.230,4
Total	106.899,7	101.307,0	79.115,3	129.091,5

Fonte: DNT

Moçambique indique que em Janeiro o saldo da Dívida Pública Interna estava em 112,5 biliões de meticais, sem incluir “contratos mútuos e de locação financeira, assim como responsabilidades em

bro de 2018 já tinha atingido “o montante de 129.091,5 milhões de meticais”, cerca de 30 por cento do PIB de Moçambique elevando a Dívida Pública total para 118 por cento do Produto Interno Bruto.

Descentralização vai custar mais 52,5 milhões de meticais

O pacote legislativo da descentralização aprovado semana passada pelo Conselho de Ministros vai custar mais 52,5 milhões de meticais ao erário, é dinheiro para pagar salários aos Secretários de Estado na Província e adquirir as respectivas viaturas protocolares.

Texto: Adérito Caldeira

A Lei da Organização e Funcionamento dos Serviços de Representação do Estado na Província tem “encargos adicionais estimados em 52.482.000 meticais” apurou o @Verdade na proposta submetida pelo Governo a Assembleia da República.

O documento discrimina que desse montante 27.482.000 meticais é o “custo anual com a remuneração e regalias de 10 Secretários de Estado”.

Portanto cada um dos senhores que forem nomeados pelo Presidente da República para, dentre outras competências, orientar a preparação da proposta do plano e orçamento e do respectivo balanço; di-

rigir a execução e controlo do plano e orçamentos dos serviços de representação do Estado; determinar medidas preventivas ou de socorro, em caso de eminência ou ocorrência de eventos extremos, mobilizando e instruindo os serviços relevantes, em particular militares e paramilitares; irá embolsar cerca de 200 mil meticais por mensais.

Além disso o Executivo pretende afectar viaturas protocolares a cada um dos Secretários de Estado e para o efeito cada um destes representantes do Estado na província vai poder pagar até 2.500.000 pela viatura que escolher. É o preço de pelo menos 2 furos de água.

No que diz respeito a Lei de Organização e Funcionamento da Assembleia Provincial assim como do Órgão Executivo de Governação descentralizada provincial o Ministério da Economia e Finanças entende que da sua aprovação e implementação “não resultarão custos adicionais para o Orçamento do Estado”.

Recorde-se que da revisão pontual da Constituição da República em 2018 foi estimado em 350,5 milhões de meticais os encargos da descentralização provincial já no Orçamento de 2019 aos quais se somarão 2 biliões de meticais em 2024, quando a descentralização for colocada em prática nos distritos.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

GABINETE DO MINISTRO

Texto & Foto: Emildo Sambo

Parecer n.º 04 /GM/MEF/2019

Assunto: Impacto Orçamental da Proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços de Representação do Estado na Província

Analisada a proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços de Representação do Estado na Província, constata-se que da sua aprovação e implementação resultarão encargos adicionais estimados em **52.482.000,00 MT** (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil Meticais), conforme a seguir se discrimina:

- Custo anual com remuneração e regalias de 10 Secretários de Estado – 27.482.000,00 MT;
- Custos com a aquisição de Viaturas Protocolares – 25.000.000,00 MT.

Maputo, 13 de Fevereiro de 2019

O Ministro da Economia e Finanças

Adriano Afonso Maleiane

Mais um jornalista detido em Cabo Delgado e Amade Abubakar segue detido há 46 dias

Um jornalista da Rádio e Televisão de Macomia foi detido na segunda-feira (18), na província de Cabo Delgado, em circunstâncias ainda não esclarecidas, segundo o MISA-Moçambique.

Texto: Redacção

Trata-se de Germano Daniel Adriano. Não há informações pormenorizadas sobre a sua prisão.

Em comunicado de imprensa, o MISA disse que “não possui detalhes sobre as razões desta última detenção e reitera a sua preocupação perante esta onda de contínuas detenções arbitrarias de jornalistas, particularmente o envolvimento de militares nos interrogatórios, na ausência de advogados”.

Esta a segunda detenção, volvidas 45 dias, em que Amade Abubakar, detido a 05 de Janeiro deste ano, foi também recolhido ao calabouços em Macomia.

Ele é acusado de cooperar com os insurgentes que, desde 05 de Outubro de 2017, promovem ataques a vários povoados recônditos de alguns distritos de Cabo Delgado.

Amade Abubakar passou 13 dias num quartel militar de Mueda, em Cabo Delgado. Após esse período, um juiz legalizou a prisão do jornalista, mesmo admitindo é ilegal.

Dias depois, as autoridades judiciais disseram que Amade é acusado de crime instigação pública com recurso a meios informáticos e a sua detenção visa supostamente não perturbar investigações sobre o seu alegado envolvimento nos referidos ataques.

Nesta terça-feira (19), Amade fez 32 anos de idade. Um segundo pedido para a sua liberdade provisória aguarda por uma resposta do tribunal, que respondeu negativamente ao primeiro similar.

Contudo, os apelos para a libertação do jornalista continuam. Há dias, a Organização das Nações Unidas (ONU) apelou às autoridades moçambicanas para que libertem imediatamente o visado.

Autoridade Tributária de Moçambique falha cobrança de receitas, contribuição dos Mega Projectos reduziu 62,4 por cento

Classificação Económica	Ano de 2017			Ano de 2018			Variação	
	Lei nº 19/2016	Cobrança Jan-Dez	% Realiz	Lei nº 22/2017	Cobrança Jan-Dez	Peso	% Realiz	% 2017/2018
RECEITAS CORRENTES	183.147,1	208.991,2	114,1	218.128,0	211.628,7	99,9	97,0	1,3
Tributárias	169.257,2	186.498,5	110,2	211.601,9	194.862,9	92,0	92,1	92,1
Impostos Nacionais	158.893,3	176.370,7	111,0	190.023,7	183.529,6	86,6	96,6	4,1
Impostos s/ o Rendimento	69.410,8	96.892,4	139,6	81.673,8	90.561,9	42,7	110,9	-6,5
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Colect	45.788,6	66.928,8	146,2	50.651,8	57.020,31	31,6	112,6	-14,8
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Singul	23.507,0	29.668,2	126,2	30.379,7	33.150,14	14,0	109,1	-11,1
Imposto Especial sobre o Jogo	135,30	295,4	218,3	842,2	390,9	0,1	60,9	32,3
Impostos s/ Bens e Serviços	81.566,5	65.851,9	80,7	92.786,2	78.209,9	36,9	84,3	18,8
Imposto s/ o Valor Acrescentado (V	56.274,1	45.485,5	80,8	61.208,4	54.353,2	25,6	88,8	19,5
IVA - Nas Operações Internas	22.850,3	25.993,3	114,8	25.202,8	29.130,5	12,3	115,6	12,1
IVA - Nas Importações	33.823,8	28.855,0	85,8	36.005,6	35.965,8	13,6	99,9	24,8
IVA - Reembolsado		-3.362,8			-10.743,2			14,7
Imp. s/ Comércio Externo	15.248,1	12.031,8	78,9	17.987,2	14.738,9	5,7	81,9	22,5
Imp. s/ Consumo Esp. Produção Nacional	3.802,3	5.244,9	137,9	5.801,1	4.881,3	2,7	84,1	-6,9
Imp. s/ Consumo Esp. Produtos Importados	6.242,0	3.089,6	49,5	7.789,5	4.236,5	3,7	54,4	37,1
Outros Impostos Nacionais	7.916,0	13.626,5	172,1	15.563,7	14.757,8	7,3	94,8	8,3
Imposto Específico s/ Actividade Mineira	934,00	3.795,2	406,3	3.565,2	3.233,6	1,7	90,7	-14,8
Imposto Específico s/ Actividade Petroliera	368,85	617,6	167,5	627,8	563,7	0,3	89,8	-8,1
Taxas Sobre os Combustíveis	4.825,4	6.255,5	130,3	8.938,7	6.492,3	4,2	72,6	33,3
Outros Impostos Nacionais	1.787,7	2.928,1	163,8	2.432,0	4.468,2	1,1	183,7	52,6
Taxas	10.363,8	10.127,7	97,7	21.578,3	11.333,3	5,3	52,5	119,9
Taxas Nacionais	10.363,8	10.127,7	97,7	21.578,3	11.333,3	5,3	52,5	119,9
Outras Receitas Correntes	13.889,9	22.492,7	161,9	6.526,0	16.765,8	7,9	256,9	-25,5
Contribuições Sociais	7.590,6	5.493,7	72,4	324,9	1.247,9	0,6	384,2	-77,3
Patrimoniais	183,20	11.583,6	7.007,8	198,4	4.834,0	2,3	2.436,6	-58,3
Exploração de Bens de Domínio Público	782,08	1.998,1	255,2	1.015,2	4.949,9	2,3	487,6	147,7
Venda de Bens e Serviços	4.670,5	3.161,3	67,7	4.515,0	5.185,9	2,4	114,9	64,0
Outras	703,51	256,0	36,4	472,5	548,1	0,3	116,0	14,4
RECEITAS DE CAPITAL	3.186,4	4.231,7	132,8	4.731,7	293,3	0,1	6,2	-93,1
Alienação do Património do Estado	3.186,4	98,4	3,1	4.437,7	65,3	0,0	1,5	-33,8
Amortização de Empréstimos Concedidos				294,0	0,0	0,0	0,0	
Outras Receitas de Capital	0,00	4.133,4		0,0	228,0	0,1	-94,5	
Receitas Correntes e de Capital	186.333,5	213.222,9	114,4	222.859,7	211.922,0	100,0	95,1	-0,5

Apesar dos discursos triunfalistas do fim da crise a Autoridade Tributária de Moçambique (ATM) falhou as metas de cobrança de impostos em 2018, pelo segundo ano consecutivo. A arrecadação foi de 211 bilhões de meticals, 95,1 por cento da meta de 222,8 bilhões. A cobrança de impostos também reduziu para 92,1 por cento dos 211,6 bilhões previstos e o @Verdade apurou que quase todas participações do Estado deram menos dividendos do que em 2017, até os Megaprojectos contribuíram com menos 62,4 por cento. “Podemos antecipar que o Estado venha a recorrer mais ao endividamento interno”, perspectivou o Professor António Francisco.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 10 →

Agentes do SERNIC multados por roubo de pontas de marfim, em Maputo e Inhambane há casos idênticos por esclarecer

O Tribunal Judicial da Cidade de Lichinga, no Niassa, condenou, na passada sexta-feira (15), quatro membros do Serviço Nacional de Investigação Nacional (SERNIC) a penas de dois anos de prisão cada, mas convertidas em multa, por roubo de 20 pontas de marfim, em 2016.

Texto: Redacção

Os dentes de paquidermes em causa estavam guardados num armazém do SERNIC em Lichinga, mas mais tarde foram apreendidas em Camboja, no sul da península da Indochina, sudeste Asiático.

Os implicados foram julgados no âmbito de um processo-querela, indiciados de crime de “furto de objectos depositados”, previsto e punido nos termos do “artigo 273, no número quatro do Código Penal”, segundo o juiz da causa, Laster Manhamanha.

O magistrado explicou que a moldura penal imposta aos co-réus, permite que eles gozem de medidas de “penas alternativas à prisão”, substituindo o castigo por multa “no valor de 5% do salário mínimo nacional, em vigor na Função Pública, equivalente a 212 meticals” diários.

As autoridades judiciais em Maputo nunca mais se pronunciaram sobre

o andamento dos processos-crime abertos contra as 11 pessoas detidas em 2015, por envolvimento no desaparecimento em circunstâncias não esclarecidas de 65 pontas de marfim (com peso estimado em 124 quilogramas) que estavam guardados num local considerado seguro.

Parte dos referidos troféus e dentes de elefantes sumiram da Direcção Provincial da Polícia de Investigação Criminal, na Matola. O produto foi apreendido a 12 de Maio de 2015 num dos condomínios luxuosos em Tchumene.

As chaves dos cadeados das instalações onde as pontas de marfim se encontravam tinham sido confiadas a diferentes agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM).

Em conexão com foram detidos: Calisto, inspector da Polícia da República de Moçambique (PRM) que também era chefe da brigada da

então Polícia de Investigação Criminal (PIC); Faustino Artur, inspector principal da PRM; Victor Luis Arone, subinspector da PRM; Tadeu Gaspar, sargento da PRM; e também Elias Matusse, afecto na Direcção Provincial de Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural na Província de Maputo, e os civis Zefanias Aurélio e John Chauque.

Aliás, na província de Inhambane, continua também por esclarecer o roubo de pelo menos quatro pontas de marfim que estavam conservadas nos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia (SPFFB), em 2017.

O produto estava guardado naquelas instalações do Estado há tempo e a forma como o roubo aconteceu levanta fortes suspeitas de envolvimento de alguns funcionários dos SPFFB, uma vez que não houve nenhum arrombamento, disse na altura, ao @Verdade, uma fonte da PRM, naquele ponto do país.



→ continuação Pag. 09 - Autoridade Tributária de Moçambique falha cobrança de receitas, contribuição dos Mega Projectos reduziu 62,4 por cento

Quando em Julho passado Filipe Nyusi anunciou que os principais indicadores económicos indicavam “o início do pós-crise” em Moçambique o @Verdade alertou que o Presidente da República estaria a ler dados errados ou a enganar o seu patrão, como aliás tem mostrado os bancos comerciais que teimam em manter as suas taxas de juro alta.

Agora que os números consolidados de 2018 começam a ser divulgados revelam que a economia continuou em crise, o Instituto Nacional de Estatística sinalizou que no terceiro trimestre o Produto Interno Bruto foi de apenas 3,2 por cento o que levou o Executivo a rever a sua projecção anual de 5,3 por cento para 4,1 por cento. Estimativas do Standard Bank indicam que o PIB do ano passado deverá ficar-se pelos 3,7 por cento.

Já o Relatório de Execução Orçamental (REO) de Janeiro e Dezembro de 2018 revela como a crise afectou a cobrança de impostos. “A cobrança da Receita do Estado atingiu no período de Janeiro a Dezembro, o montante de 211.922,0 milhões de Meticais, correspondente a 95,1 por cento da previsão anual, tendo as Receitas Correntes arrecadado 211.628,7 milhões de Meticais correspondente a 97 por cento da previsão anual, tendo as Receitas de Capital atingido o valor de 293,3 milhões de Meticais correspondente a 6,2 por cento da previsão”.

O @Verdade descortinou no documento que dentre os 12 impostos estabelecidos no nosso país contribuíram para o falhanço das metas o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) que ficou-se por 54,3 biliões de meticais, 88,8 por cento dos 61,2 biliões planificados no Orçamento do Estado para 2018.

62,4 por cento foi a receita dos Mega projectos de Energia, Petróleo e outros Recursos Minerais

Os impostos específicos da actividade mineira e da petrolífera decresceram em 14,8 por cento e 8,7 por cento, respectivamente, enquanto a arrecadação de taxas sobre os combustíveis cifrou-se em 72,6 por cento dos 8,9 biliões previstos.

Afogamentos matam no centro de Moçambique

Pelos menos cinco pessoas, duas das quais pai e filho, perderam a vida vítimas de afogamento, quando limpavam poços e por arrastamento pela água da chuva, no fim-de-semana, nas província da Zambézia, de Manica e Sofala.

Texto: Redacção

Três pessoas encontraram a morte quando limpavam um poço caseiro com re-

Até Imposto sobre a cerveja e bebidas alcoólicas falhou a meta em 2018

“A cobrança no Imposto Especial sobre o Jogo atingiu o montante de 390,9 milhões de Meticais, correspondente a 60,9 por cento da previsão anual”, pode-se ler no documento que estamos a citar e ainda indica que “Os Impostos sobre o Comércio Externo, nomeadamente, os Direitos Aduaneiros e a Sobretaxa, alcançaram o montante de 14,7 biliões de meticais, equivalente a 81,9 por cento da previsão anual”.

O REO revela também que “Imposto sobre o Consumo Específico de Produção Nacional, que incide sobre o tabaco, a cerveja e outras bebidas alcoólicas, alcançou o valor de 4,8 biliões de meticais, equivalente a 84,1 por cento da meta anual e a um decréscimo nominal de 6,9 por cento quando comparado a igual período de 2017”. Além disso, o Imposto sobre o Consumo Específico de Produtos Importados, gerou apenas 4,2 biliões de meticais, correspondentes a 54,4 por cento da previsão anual.

54,3 biliões de meticais foi a arrecadação do IVA, contra os 61,2 biliões planificados no Orçamento do Estado para 2018

Aquém da meta ainda ficou a arrecadação das Taxas Nacionais, “foi arrecadado o montante de 11,3 biliões de meticais, equivalente a um grau de realização de 52,5 por cento da meta anual”.

Receitas dos Mega Projectos caíram 62,4 por cento

O @Verdade apurou ainda que reduziram em 25,5 por cento, comparativamente a 2017, as Contribuições Sociais, Receitas Patrimoniais (que compreendem as Participações do Estado – Dividendos, Rendas de Imóveis), Exploração de Bens de Domínio Público, Vendas de Bens e Serviços e Outras.

Nesse grupo de receitas os Dividendos caíram em 59,8 por cento influenciados pela redução da contribuição em 100 por cento da DOMUS e da EMOSE, em menos 88,9 por cento da STEMA, em menos 61,7 por cento do Banco de Moçambique, a Mozal gerou menos

50,3 por cento e até os Caminhos de Ferro de Moçambique pagaram menos 70,3 por cento de dividendos para o Estado em 2018.

Tabela 4 - Receitas de Dividendos (Em Milhões de Meticais)				
Proveniência	Ano 2017 Jan-Dez	Ano 2018 Jan-Dez	Peso	Varição 2017/18
Banco de Moçambique (BM)	8.029,5	3.073,4	75,7	-61,7
Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) 1/	1.218,1	362,2	8,9	-70,3
Banco Internacional de Moçambique (BIM)	202,7	250,5	6,2	23,6
Companhia Moçambicana e Hidrocarbonetos (CMH)	212,1	149,0	3,7	-29,7
Mozal	366,3	181,9	4,5	-50,3
Mozambique Community Network (MCNet)	45,1	32,2	0,8	-28,5
Açucareira de Xinavane	10,2	8,4	0,2	
Norsad Finance	0,7	2,2	0,1	
Empresa Moçambicana de Seguros (Emose)	18,6	0,0	0,0	-100,0
STEMA	9,4	1,0	0,0	-88,9
DOMUS	0,4	0,0	0,0	-100,0
Total 2/	10.113,0	4.060,9	100,0	-59,8
Receita Total	213.222,9	211.922,0		-37,8
Contribuição dos Dividendos em % da Receita Total	4,7	1,9		

Até mesmo os Mega projectos geraram menos receitas para o erário, arrecadando 14,4 biliões de meticais que representaram “um decréscimo de 62,4 por cento relativamente a igual período do exercício anterior”, refere o REO.

É paradoxal notar que embora tenham decorrido quase 2 anos desde que a Eni e os seus parceiros iniciaram a construção da fábrica flutuante que vai explorar gás natural na Área 4 e 1 ano depois da Anadarko gastar 550 milhões de dólares nas obras que iniciou em Palma as receitas da exploração de gás e petróleo tenham reduzido em 78,4 por cento.

Tabela 6 - Contribuição dos Megaprojectos (Em Milhões de Meticais)				
Megaprojectos	Jan-Dez 2017	Jan-Dez 2018	% Peso	% Variação 2017/18
Produção de Energia	5.840,0	3.489,89	24,2	-40,2
Exploração de Petróleo	26.234,7	5.665,90	39,2	-78,4
Exploração de Recursos Minerais	5.384,0	4.142,62	28,7	-23,1
Outros	888,3	1.141,60	7,9	27,1
Total	38.357,0	14.440,0	100,0	-62,4
Receita Total	213.222,9	211.922,0		-0,6
Contribuição dos Megaprojectos em % da Receita Total	18,0	6,8		

Com um défice inicial de 80 biliões de meticais o Governo acabou por apenas conseguir financiar 87,6 por cento dos fundos adicionais que precisava recorrendo a 7 biliões de meticais das Mais Valias cobradas em 2017, pelo negócio entre a Eni e a ExxonMobil, e ainda ao endividamento interno e externo que se cifrou em 19 biliões e 44,1 biliões de meticais, respectivamente.

“Até quando é que o Estado vai continuar a desvalorizar activos que controla, convertendo-os em capital morto”

O @Verdade questionou a instituição dirigida por Amélia Nakhare que motivos contribuíram para a arrecadação aquém da meta, pelo segundo ano consecutivo, mas a Autoridade Tributária não respondeu. Aliás a ATM cancelou em duas ocasiões este ano a “tradicional” conferência de imprensa de

escassas as informações sobre o que se passou a ponto de terminar em tragédia. No mesmo acidente, outro indivíduo sobreviveu, mas com ferimentos graves e foi socorrido para o Hospital Distrital de Gorongosa, durante uma tentativa de salvar os companheiros.

Ainda na região centro do país, um jovem de 17 anos de idade e o seu pai morre-

balanço da arrecadação de 2018.

Para o Professor de Economia da Universidade Eduardo Mondlane,

António Francisco, “os níveis de cobrança podem sinalizar alguns aspectos interessantes sobre o funcionamento da economia e reacção das empresas e cidadãos”.

“Numa economia altamente regulada e monopolizada pelo Estado, o foco de atenção e actuação daqueles que realmente produzem a riqueza, os produtores individuais e empresários, tem sido fortemente desviado e desvirtuado. Quem acredita que Moçambique precisa de um Estado que se comporte como um “ditador económico” certamente lamentará que a Autoridade Tributária (AT) não tenha conseguido cumprir as metas de

captação de impostos, taxas e outras receitas correntes. Contudo, sabendo que o Estado Moçambicano desfruta de um elevado monopólio sobre os activos económicos, nomeadamente a terra agrícola, recursos do subsolo e negócios com os mega-projectos altamente lucrativos, justifica-se questionarmos-nos: como entender que as Receitas de Capital representem apenas 0,1 por cento da cobrança total das Receita do Estado, contra 99,9 por cento de todas as outras receitas? Até quando é que o Estado vai continuar a desvalorizar activos que controla, convertendo-os em capital morto, inútil e sem valor acrescentado para a economia nacional”, questionou Francisco.

“Podemos antecipar que o Estado venha a recorrer mais ao endividamento interno”

O académico, que também é investigador no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), ve-

ram afogados num poço, também no fim-de-semana, no distrito de Molumbo, na Zambézia. As autoridades policiais disseram que a tragédia aconteceu quando o jovem, no fundo do referido poço, gritou pelo socorro. O seu pai morreu junto quando pretendia acudir, tendo escorregado para o fundo.

Em Manica, um homem cuja identidade

rificou “que a meta de cobrança de Receitas de Capital falhou em 93%. Em contrapartida, a cobrança de Imposto sobre o Rendimento ultrapassou a meta em 11 por cento. Mas a este nível existe uma tendência oposta entre os impostos sobre Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) e impostos sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS). Apesar de em ambos casos a cobrança ter aumentado, a cobrança do IRPC diminuiu cerca de 15 por cento, de 2017 para 2018. Já o IRPS aumento cerca de 12 por cento, no mesmo período”.

“O que significa isto? Uma possibilidade é que a meta estabelecida para o IRPC tenha sido exagerada ou muito acima da disponibilidade do sector empresarial satisfazer as pretensões do Governo ampliar as suas despesas, mesmo sabendo que o sector produtivo vive num grande aperto económico e financeiro. O Relatório não adianta nenhuma explicação para o decréscimo do IRPC em quase 15 por cento, relativamente a 2017. Entretanto, a cobrança do IRPS cresceu cerca de 12 por cento em termos nominais, relativamente a igual período do ano transacto. Sobre isto, o REO adianta que o crescimento resultou do melhor controlo das retenções na fonte dos rendimentos que as empresas são forçadas a realizar. Mas talvez signifique também que as alterações introduzidas na cobrança de impostos dos singulares beneficiou bastante o Estado, porque deixou de devolver os valores que no passado tinha de devolver”, explicou António Francisco.

O economista prevê que o decréscimo de arrecadação de receitas fiscais às empresas se mantenha, “não vejo sinais visíveis que justifiquem o aumento de novas empresas e que as já em actividade estejam em posição de desembolsar mais para o Estado. Quanto ao IRPS, não me admiraria se os singulares passarem a seguir o comportamento das empresas e encontrem maneira de contornar e evitar certas formas usurpadoras seguidas pelas autoridades tributárias”.

“À semelhança do que observamos nos anos recentes, o OE de 2019 indica que o Estado vai tentar incrementar as despesas em mais de 10 por cento, relativamente à cobrança em 2018. Ficarei surpreendido se os cidadãos não tomarem medidas defensivas e mais efectivas para evitarem que o Estado logre sua pretensão de ampliar as receitas estatais à custa dos cidadãos. Se estiver certo, então, podemos antecipar que o Estado venha a recorrer mais ao endividamento interno, principalmente porque estamos num ano eleitoral e o partido no poder vai ter que evitar colocar muita pressão sobre os contribuintes singulares” perspetivou o Professor Francisco.

não apurámos morreu afogado rio Nhaurire, na cidade de Chimoio. Segundo a Polícia da República de Moçambique (PRM) naquela parcela do país, o malogra foi arrastado pela corrente de água no momento em que pretendia atravessar o rio em alusão, num dia de chuva. Na sequência do acidente, o finado sofreu escoriações graves, porquanto embateu com a cabeça em pedregulhos e troncos.

Criança morre numa briga dos pais em Tete

Um homem de 45 anos de idade encontra-se detido, desde terça-feira (19), culpado de assassinar a própria filha de um ano, na cidade de Tete, província com o mesmo nome, durante uma das várias discussões com a esposa. A miúda sofreu golpe com recurso a um instrumento contundente e teve morte imediata.

Texto: Redacção

O @Verdade apurou que o assassinato não foi intencional e o alvo do acusado era a sua mulher, mas nas circunstâncias em que aconteceu configura homicídio voluntário, severamente punível nos termos da lei, segundo as autoridades policiais.

Uma fonte próxima ao casal disse-nos que a relação desta sempre foi marcada por desinteligências e agressões físicas perpetradas pelo marido.

De acordo com a porta-voz do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Tete, Lurdes Ferreira, durante a rixa, o indiciado recorreu a um instrumento contundente, com o qual desferiu duros golpes à sua conjuge.

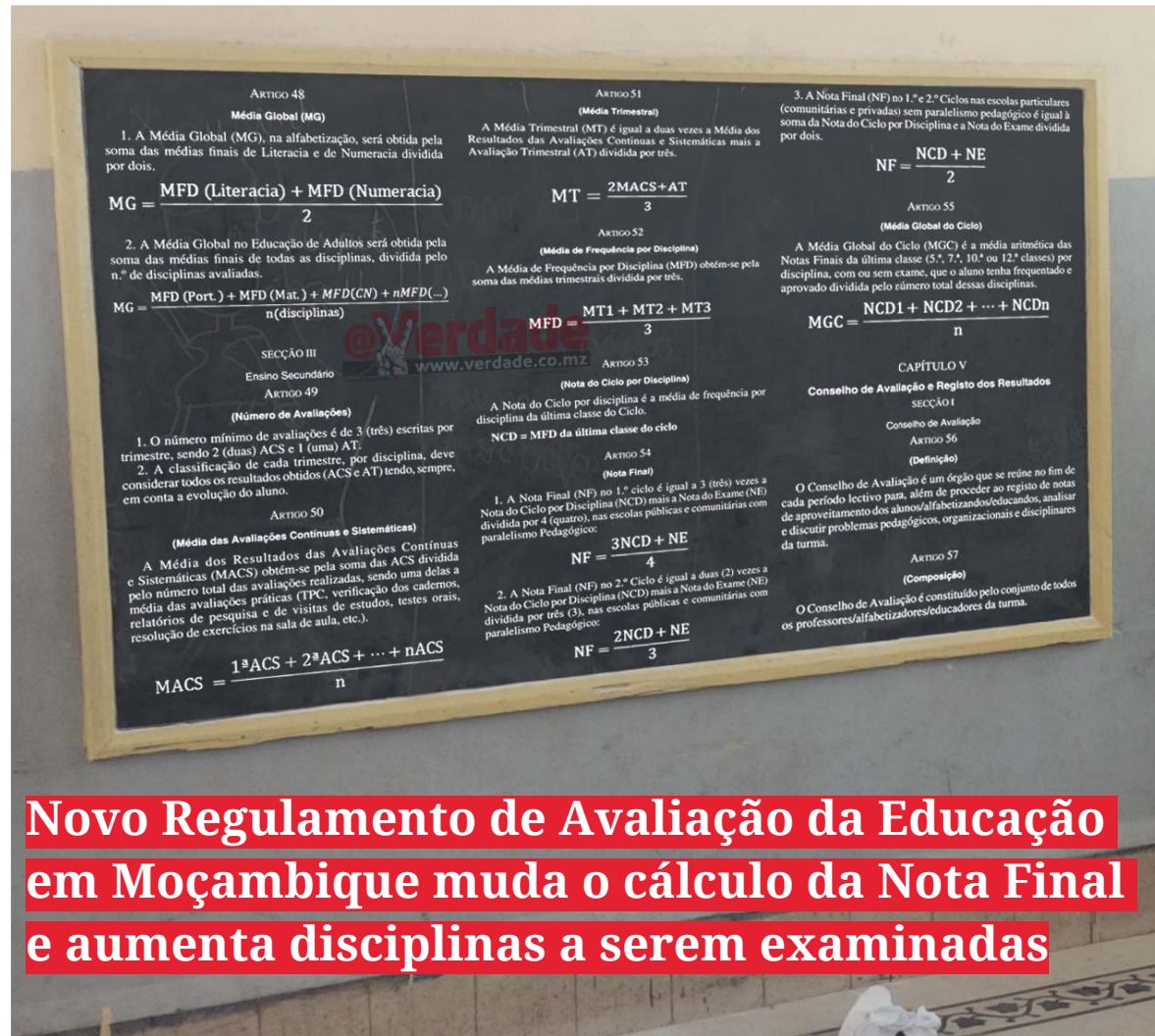
Na altura, a malograda estava próximo da sua mãe, assustada e a chorar por conta da briga dos pais. Esta situação não dissuadiu o indiciado, que continuou a agredir a consorte a ponto de golpear a criança na cabeça.

Diante da tragédia, o homem ficou em apuros e instruiu à esposa para se manter em silêncio mas ela denunciou o caso às autoridades policiais.

Sem explicar porque cargas de água violentou a mulher, o homem alegou, em sua defesa, que tinha sido possuído por uma pilha de nervos e está arrependido.

A PRM ainda não sabe, ao detalhe, qual foi o motivo da discussão entre o suspeito com a conjuge, facto que culminou no assassinato.

O indiciado segue privado de liberdade enquanto se esclarece se havia ou não intenção de acabar com a vida da criança, para além de que a agressão física contra a mãe da finada é outro crime que pode constar do processo de acusação.



Novo Regulamento de Avaliação da Educação em Moçambique muda o cálculo da Nota Final e aumenta disciplinas a serem examinadas

Para além do fim da dispensa na classes de exame o novo Regulamento de Avaliação da Educação em Moçambique altera os tipos de avaliações, muda o cálculo da Nota Final, diferencia o apuramento das Médias no Ensino Secundário e aumenta o número de disciplinas a serem examinadas na 10ª e 12ª classes.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 12 →

África do Sul vai devolver Manuel Chang a Moçambique

A África do Sul não vai extraditar Manuel Chang para os Estados Unidos da América (EUA). "Assim que fecharmos o caso da Interpol vamos permitir que Moçambique tenha de volta o seu ex-ministro" revelou a ministra sul-africana da Cooperação e Relações Internacionais, Lindiwe Sisulu.

"Nós estamos a envia-lo para Moçambique para ser julgado (...) e acreditamos que está é a forma mais simples para todos", explicou o governante ao jornal sul-africano Daily Maverick acrescentando que nesta altura o Departamento de Justiça estava a verificar se haveria um confronto entre os EUA e Moçambique, sobre seus pedidos de extradição.

Lindiwe Sisulu confirmou que "recebemos um pedido de Moçambique e acedemos a ele" tendo sugerido que os EUA talvez pudessem seguir o seu caso depois de Moçambique, e talvez até em Moçambique.

Chang, que assinou as Garantias bancárias ilegais que possibilitaram os empréstimos da Proindicus, MAM e EMATUM, foi detido pela Polícia Internacional (Interpol) a 29 de Dezembro no Aeroporto



Internacional OR Tambo, onde estava em trânsito de Maputo para o Dubai, ao abrigo de um mandado de captura internacional emitido pela Justiça norte-americana.

O United States District Court for Eastern District of New York não pretende julgar o ex-ministro das Finanças pelas violações da Constituição da República de Moçambique violações das leis orçamentais mas por fraude electrónica, fraude de valores mobiliários, suborno e branqueamento de capitais.

Texto: Redacção

Entretanto Manuel Chang continua detido e deverá voltar ao Tribunal de Kempton Park, na cidade de Joanesburgo, no próximo dia 26 para audiência sobre os pedidos de extradição dos EUA e de Moçambique. Independentemente da sentença judicial a lei sul-africana estabelece que a decisão final será sempre política, sendo evidente que as relações históricas entre o Congresso Nacional Africano (ANC) e o partido Frelimo falaram mais alto neste caso.

A confirmar-se a devolução de Chang para Moçambique será uma importante vitória para o Presidente Filipe Nyusi que não tem poupado esforços para evitar a extradição para os Estados Unidos da América e limitar os danos políticos na sua reeleição e do seu partido nas Eleições Gerais de Outubro próximo.



→ continuação Pag. 11 - Novo Regulamento de Avaliação da Educação em Moçambique muda o cálculo da Nota Final e aumenta disciplinas a serem examinadas

Em vigor já para o ano lectivo em curso o novo Regulamento Geral de Avaliação do Ensino Primário, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e Ensino Secundário Geral para o ensino público e escolas particulares, privadas e comunitárias introduz dezenas de alterações que começam pelos tipos de avaliações.

A Avaliação Contínua (AC) e a Avaliação Sistemática (AS) foram unidas numa Avaliação Contínua e Sistemática (ACS), foi introduzida uma Avaliação Contínua Parcial a ser realizada “no fim de uma ou mais unidades temáticas para avaliar o grau da sua assimilação (...) pode ser escrita ou prática.”

As antigas avaliações Periódicas Trimestral e Semestral foram renomeadas em Avaliação Trimestral (AT) e Avaliação Semestral (AS) enquanto a Avaliação Final e os Exames permanecem inalterados.

10 DE JANEIRO DE 2019	37
d) Os resultados do teste oral devem ser registados nos instrumentos de registo de notas.	
6. Para os alunos/alfabetizandos/educandos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), far-se-á alteração do tipo de teste, dos instrumentos de avaliação e certificação, bem como das condições de avaliação, no que tange às formas e meios de comunicação e a periodicidade, duração e local da mesma, conforme se exemplifica, em casos específicos:	
a) Necessidades Educativas Especiais decorrentes da cegueira - a avaliação deve ser transcrita no Sistema de grafia Braille;	
b) Necessidades Educativas Especiais de carácter visual parcial (baixa visão) - a avaliação deve ser escrita com a ampliação de caracteres;	
c) Necessidades Educativas Especiais decorrentes da surdez - a avaliação escrita deve conter vocabulário simples, com textos curtos e objetivos, perguntas fechadas e directas em diferentes níveis de ensino;	
d) Necessidades Educativas Especiais de carácter Físico/Motor - pode realizar avaliações orais, em formato digital e aceder à opção de escolha múltipla, em diferentes níveis de ensino;	
e) Necessidades Educativas Especiais decorrentes da deficiência mental - pode realizar as mesmas avaliações escritas aplicadas aos alunos com Necessidades Educativas Especiais decorrentes da surdez;	
f) Para os alunos/alfabetizandos/educandos com deficiência auditiva, o teste oral deve ser estruturado em língua de sinais;	
g) Necessidades Educativas Especiais de carácter múltiplo - pode realizar avaliações, tendo em conta as suas especificidades;	
h) No caso dos alunos/alfabetizandos/educandos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), deve-se dispensar a aplicação do ditado, podendo efectuar a redacção a partir da observação de imagens.	
7. Os alunos com currículos específicos individuais não estão sujeitos ao regime de transição de ano escolar nem ao processo de avaliação característica do sistema educativo comum, ficando sujeitos aos critérios específicos de avaliação definidos no respectivo programa educativo.	
SECÇÃO III	
Tipos de Avaliação	
ARTIGO 26	
(Tipos de Avaliação)	
Os tipos de avaliação a aplicar ao longo do processo de ensino/aprendizagem são os seguintes:	
a) Avaliação Contínua e Sistemática (ACS);	
b) Avaliação Contínua e Parcial (ACP);	
c) Avaliação Trimestral (AT);	
d) Avaliação Semestral (AS);	
e) Avaliação Final (AF);	
f) Exames.	
ARTIGO 27	
(Avaliação Contínua e Sistemática)	
1. A Avaliação Contínua e Sistemática (ACS) é uma actividade constante e formativa.	
2. A Avaliação Contínua e Sistemática recorre a uma variedade de técnicas e instrumentos de recolha de informação de acordo com o nível de ensino, a natureza das aprendizagens e o contexto em que essa aprendizagem ocorre.	

No Ensino Primário passa a existir uma Nota Final dos Ciclos com duas Classes, uma Nota Final nos Ciclos com três Classes e ainda uma Nota Final nas escolas particulares sem paralelismo pedagógico.

São introduzidas novas fórmulas para o cálculo das Médias das Avaliações para a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

10 DE JANEIRO DE 2019	39
ARTIGO 38	
(Nota do Ciclo por Disciplina)	
A Nota do Ciclo por disciplina é a média de frequência por disciplina da última classe do Ciclo.	
$NCD = MFD \text{ da última classe do ciclo}$	
ARTIGO 39	
(Nota Final dos Ciclos com duas Classes)	
A Nota Final (NF) nos ciclos com duas classes é igual a 2 (duas) vezes a Nota do Ciclo por Disciplina (NCD) mais a Nota do Exame (NE) dividida por três (3), nas escolas públicas e comunitárias com paralelismo pedagógico:	
$NF = \frac{2NCD + NE}{3}$	
ARTIGO 40	
(Nota Final nos Ciclos com três Classes)	
A Nota Final (NF) nos ciclos com três classes é igual a três (3) vezes a Nota do Ciclo por Disciplina (NCD) mais a Nota do Exame (NE) dividida por quatro (4), nas escolas públicas e comunitárias com paralelismo pedagógico:	
$NF = \frac{3NCD + NE}{4}$	
ARTIGO 41	
(Nota Final nas escolas particulares sem paralelismo pedagógico)	
A Nota Final (NF) é igual à soma da Nota do Ciclo por Disciplina e a Nota do Exame dividida por dois (2), nas escolas particulares (comunitárias e privadas) sem paralelismo pedagógico.	
$NF = \frac{NCD + NE}{2}$	
ARTIGO 42	
Média Global do Ciclo	
A Média Global do Ciclo (MGC) é a média aritmética das Notas Finais da última classe (5.ª, 7.ª) por disciplina, com ou sem exame, que o aluno tenha frequentado e aprovado dividida pelo número total dessas disciplinas.	
$MGC = \frac{NCD1 + NCD2 + \dots + NCDn}{n}$	
SECÇÃO II	
Alfabetização e Educação de Adultos	
ARTIGO 43	
(Número de Avaliações)	
1. Na Alfabetização e Educação de Adultos o número mínimo de avaliações em cada semestre lectivo é:	
a) 5 (Cinco) escritas obrigatórias, sendo: 2 (duas) ACS, 2 (duas) ACP e 1 (uma) AS;	
b) Além destas avaliações escritas obrigatórias, realizar-se-ão outras avaliações que contribuam para a emissão de juízo opinativo.	
ARTIGO 44	
Médias das Avaliações Contínuas e Sistemáticas	
1. A classificação de cada período lectivo, por disciplina, deve considerar todos os resultados obtidos nas ACS, ACP e AS, sendo sempre em conta a evolução dos alfabetizandos/educandos.	
2. A Média dos resultados das Avaliações Contínuas e Sistemáticas obtém-se pela soma das ACS dividida pelo número total das avaliações realizadas.	
$MACS = \frac{1^{\circ}ACS + 2^{\circ}ACS + \dots + nACS}{n}$	
ARTIGO 45	
Médias das Avaliações Contínuas Parciais	
1. A Média dos resultados das Avaliações Contínuas Parciais (ACP) obtém-se pela soma das ACP dividida por 2.	
$MACP = \frac{1^{\circ}ACP + 2^{\circ}ACP}{2}$	
ARTIGO 46	
Média Semestral por Disciplina (MSD)	
1. A Média Semestral por Disciplina (MSD) é igual a duas vezes a Média das ACS mais a Média das ACP mais a Avaliação Semestral, dividida por 4.	
$MSD = \frac{2MACS + MACP + AS}{4}$	
ARTIGO 47	
Média Final por Disciplina (MFD)	
1. Na alfabetização e nos anos de transição da Educação de Adultos, a média final por disciplina (MFD) é igual a duas vezes a média anual da disciplina mais a avaliação final (AF) dividida por três.	
$MFD = \frac{2.MAD + AF}{3}$	
2. Na Educação de Adultos, na classe com exame (4.º Ano) a média final por disciplina (MFD) é igual a duas vezes a média anual da disciplina mais a Nota de Exame (NE) dividida por três.	
$MFD = \frac{2.MAD + NE}{3}$	

Passam a existir também novas fórmulas para o cálculo das Médias das Avaliações para o Ensino Secundário e ainda outras para o apuramento da Nota do Ciclo e da Nota Final. A Média Global do Ciclo para a ser a “média aritmética das Notas Finais da última classe (5ª, 7ª, 10ª ou 12ª classes) por disciplina, com ou sem exame, que o aluno tenha frequentado e aprovado dividida pelo número total dessas disciplinas.

40	1 SÉRIE — NÚMERO 7
ARTIGO 48	
Média Global (MG)	
1. A Média Global (MG), na alfabetização, será obtida pela soma das médias finais de Literacia e de Numeracia dividida por dois.	
$MG = \frac{MFD \text{ (Literacia)} + MFD \text{ (Numeracia)}}{2}$	
SECÇÃO III	
Ensino Secundário	
ARTIGO 49	
(Número de Avaliações)	
1. O número mínimo de avaliações é de 3 (três) escritas por trimestre, sendo 2 (duas) ACS e 1 (uma) AT.	
2. A classificação de cada trimestre, por disciplina, deve considerar todos os resultados obtidos (ACS e AT) tendo, sempre, em conta a evolução do aluno.	
ARTIGO 50	
(Média das Avaliações Contínuas e Sistemáticas)	
A Média dos Resultados das Avaliações Contínuas e Sistemáticas (MACS) obtém-se pela soma das ACS dividida pelo número total das avaliações realizadas, sendo uma delas a média das avaliações práticas (TPC, verificação dos cadernos, relatórios de pesquisa e de visitas de estudos, testes orais, resolução de exercícios na sala de aula, etc.).	
$MACS = \frac{1^{\circ}ACS + 2^{\circ}ACS + \dots + nACS}{n}$	
ARTIGO 51	
(Média Trimestral)	
A Média Trimestral (MT) é igual a duas vezes a Média dos Resultados das Avaliações Contínuas e Sistemáticas mais a Avaliação Trimestral (AT) dividida por três.	
$MT = \frac{2MACS + AT}{3}$	
ARTIGO 52	
(Média de Frequência por Disciplina)	
A Média de Frequência por Disciplina (MFD) obtém-se pela soma das médias trimestrais dividida por três.	
$MFD = \frac{MT1 + MT2 + MT3}{3}$	
ARTIGO 53	
(Nota do Ciclo por Disciplina)	
A Nota do Ciclo por disciplina é a média de frequência por disciplina da última classe do Ciclo.	
$NCD = MFD \text{ da última classe do ciclo}$	
ARTIGO 54	
(Nota Final)	
1. A Nota Final (NF) no 1.º ciclo é igual a 3 (três) vezes a Nota do Ciclo por Disciplina (NCD) mais a Nota do Exame (NE) dividida por 4 (quatro), nas escolas públicas e comunitárias com paralelismo pedagógico:	
$NF = \frac{3NCD + NE}{4}$	
2. A Nota Final (NF) no 2.º ciclo é igual a duas (2) vezes a Nota do Ciclo por Disciplina (NCD) mais a Nota do Exame (NE) dividida por três (3), nas escolas públicas e comunitárias com paralelismo pedagógico:	
$NF = \frac{2NCD + NE}{3}$	
3. A Nota Final (NF) no 1.º e 2.º Ciclos nas escolas particulares (comunitárias e privadas) sem paralelismo pedagógico é igual à soma da Nota do Ciclo por Disciplina e a Nota do Exame dividida por dois.	
$NF = \frac{NCD + NE}{2}$	
ARTIGO 55	
(Média Global do Ciclo)	
A Média Global do Ciclo (MGC) é a média aritmética das Notas Finais da última classe (5.ª, 7.ª, 10.ª ou 12.ª classes) por disciplina, com ou sem exame, que o aluno tenha frequentado e aprovado dividida pelo número total dessas disciplinas.	
$MGC = \frac{NCD1 + NCD2 + \dots + NCDn}{n}$	
CAPÍTULO V	
Conselho de Avaliação e Registo dos Resultados	
SECÇÃO I	
Conselho de Avaliação	
ARTIGO 56	
(Definição)	
O Conselho de Avaliação é um órgão que se reúne no fim de cada período lectivo para, além de proceder ao registo de notas de aproveitamento dos alunos/alfabetizandos/educandos, analisar e discutir problemas pedagógicos, organizacionais e disciplinares da turma.	
ARTIGO 57	
(Composição)	
O Conselho de Avaliação é constituído pelo conjunto de todos os professores/alfabetizadores/educadores da turma.	

Aumenta o número de disciplinas a serem examinadas na 10ª e 12ª classes

Entretanto, e para além da extinção da dispensa nas classes de Exames, aumentaram o número de disciplinas a serem examinadas na 10ª para o 1º Ciclo e 12ª classes para o 2º Ciclo.

“No 1º Ciclo realizam-se exames a 8 disciplinas, designadamente, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História, Geografia, Matemática, Física, Química e Biologia”, ficando sem exames as disciplinas de Língua Francesa, Línguas Moçambicanas, Artes Cénicas, Educação Visual, Educação Física, tecnologias de Informação e Comunicação, Noções de Empreendedorismo e Agropecuária.

“No 2º Ciclo cada aluno realiza exames da sua área curricular, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Francesa, Introdução a Filosofia, Matemática, Geografia, História, Biologia, Química, Física e Desenho e Geometria Descritiva”, porém não há lugar a exames nas disciplinas de Línguas Moçambicanas, Introdução a Psicologia e Pedagogia, Artes Cénicas, Turismo, Educação Visual, Educação Física, Tecnologias de Informação e Comunicação, Noções de Empreendedorismo e Agropecuária.

Governo gasta mais dinheiro na construção de agências bancária do que escolas em Moçambique

A iniciativa presidencial “Um Distrito, Um Banco” está a consumir cerca de 2 biliões de meticais para construir 40 agências bancárias enquanto no mesmo período foram alocados só 52 milhões para a edificação de 4 escolas secundarias em Moçambique. Devido a falta de escolas secundárias pelo menos 400 mil moçambicanos não conseguiram vaga em 2019.

“A política do Governo de um Distrito, um Banco foi concebida para criar um modelo de financiamento a longo prazo por forma a que as instituições financeiras de carácter comercial possam ter a capacidade de instalar os bancos onde a realidade económica ainda não justifica a sua presença. Ao longo deste processo o Governo comprometeu-se em investir aproximadamente 2 biliões de meticais para o financiamento de infra-estruturas bancárias dos distritos ainda não bancarizados”, afirmou na última quarta-feira (13) o ministro da Terra e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, no acto de assinatura de um contrato com o Millennium bim para a construção de mais 12 agências.

O @Verdade apurou que as despesas de construção e instalação são inicialmente por conta da instituição bancária sendo os activos construídos e montados pela instituição

posteriormente transferidos para a posse do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) após a abertura da agência bancária ao público. Nessa altura, o FNDS obriga-se a liquidar a totalidade do custo de investimento ao Banco e é celebrado, entre as partes, um contrato de arrendamento válido por um período de 10 anos.

O ministro Celso Correia acrescentou que o Estado ganha algum dinheiro, “financiamos desenvolvimento durante 5 anos e depois lá a frente quando o banco começa a ganhar dinheiro paga ao Governo uma rendinha para recuperarmos e fazer outras coisas”.

O titular da Terra e Desenvolvimento Rural prometeu apresentar os números concretos da engenharia financeira que torna rentável pagar a construção dos balcões e entregá-los aos bancos, que diga-se têm

feito lucros bilionários investido na dívida do Estado moçambicano, mas decorrida uma semana o @Verdade não recebeu essa informação.

Sendo destacável que os balcões ficarem concluídos ainda este ano em Mecúfi, Nipepe, Metarica, Muembe, Pebane, Lalaua, Mongicual, Machanga, Magoê, Muanza, Tambara e Macossa todos os distritos do nosso país terão sido bancarizados e estará cumprida uma promessa eleitoral do Presidente Filipe Nyusi é paradoxal que nem todos os distritos tenham uma escola secundária e por causa disso pelo menos 400 mil alunos que no ano passado concluíram o ensino primário estão sem estudar.

O @Verdade apurou que no período de 2016 a 2019, em que estão a ser construídos 40 balcões bancários que custam cerca de 50 milhões de meticais cada ao povo somente



4 escolas secundarias foram construídas tendo o Executivo investido apenas 52 milhões de meticais, os custos remanescentes das escolas foram pagos pelos Parceiros de Cooperação.

A inexistência de escolas secundárias para todos os moçambicanos que completam o ensino primário, existem apenas 539 escolas a

leccionar a 8ª, 9ª e 10ª classes em todo o país, culminará com o não cumprimento da segunda prioridade do Plano Quinquenal de Nyusi e ao falhanço da meta de assegurar que até 2030, todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, como preconizam os Objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

Texto: Adérito Caldeira

Para a zona metropolitana de Maputo: Carlos Mesquita faz a entrega de mais 26 novos autocarros

O Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) procedeu, na sexta-feira, 15 de Fevereiro, em Maputo, à entrega de 26 novos autocarros aos operadores privados do sector da zona metropolitana de Maputo.

A entrega destes autocarros enquadra-se na implementação do “Plano 1000” que prevê a aquisição de mil autocarros até ao final do quinquénio (2015-2019), altura em que se projecta transportar, só na região metropolitana de Maputo, cerca de 550 mil passageiros, por dia, contra a capacidade de resposta de 10 por cento, o equivalente a 60 mil passageiros, por dia, que se registava em 2015.

O ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, que presidiu a cerimónia de entrega dos autocarros, referiu, na ocasião, que o Governo tem clareza sobre a complexidade do problema de transporte público urbano, cuja solução não será encontrada apenas com o reforço da frota.

“A alocação de autocarros aos operadores públicos e privados é parte de um pacote de medidas estruturais em implementação desde 2015 sendo que, para a sustentabilidade do sector, prossegue a implementação de várias outras medidas, que incluem a melhoria das vias de acesso, manutenção dos autocarros, intermodalidade, melhoria da gestão, bilhética, entre outras”, realçou o governante.

Por outro lado, Carlos Mesquita chamou à atenção para a necessidade de se redobrar esforços, visando a promoção da segurança rodoviária, evitando-se, deste modo, o derramamento de sangue nas estradas



Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

do País. Para o efeito, o titular da pasta dos Transportes e Comunicações exortou aos automobilistas para uma condução responsável e segura.

“As tripulações destes autocarros precisam de ser bem preparadas e certificadas para a prestação de um serviço de qualidade aos passageiros, observando o rigor e ética no atendimento ao público”, frisou o ministro.

Intervindo, igualmente, na ocasião, o presidente do Conselho Municipal de Maputo, Eneas Comiche, anunciou o lançamento, no quinquénio 2019-2023, do projecto “Tsutsuma Maputo”, cujo objectivo principal é tornar cada vez mais eficiente o sistema de transportes, mobilidade e acessibilidade, com vista a melhorar a gestão

estratégica e operacional dos transportes público e privado na área metropolitana de Maputo.

O projecto, a ser implementado em diversas fases, pretende ainda, conforme acrescentou o edil, promover a utilização de meios de transporte de massas, e introduzir melhorias no funcionamento do sistema de transportes urbanos público e privado.

“Pretendemos, igualmente, prosseguir com a organização dos transportadores semi-colectivos de passageiros, eliminar o encurtamento de rotas e implementar a central de controlo de tráfego, através de um sistema inteligente de gestão de trânsito e estacionamento, para prevenir o congestionamento na cidade”, concluiu.

Construção de sete fontenários públicos: AdeM minimiza escassez de água no município de Boane

Com vista a minimizar os efeitos da escassez de água no Rio Umbeluzi, a empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) arrancou na sexta-feira, 15 de Fevereiro, com a construção de um total de sete fontenários públicos, distribuídos pelas regiões de Beluluane, Djuba B e Jonasse, no município de Boane, na província de Maputo.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Os locais onde serão construídas as novas infraestruturas de abastecimento de água foram indicados pelos representantes das três comunidades, num encontro realizado, na última quinta-feira, envolvendo a empresa Águas da Região de Maputo e os líderes do posto administrativo da Matola Rio.

A directora da Área Operacional da Matola da empresa Águas da Região de Maputo, Maria Eugénia Langa, explicou, a-propósito, que no referido encontro foi reiterado que a crítica situação resulta da escassez de água na fonte, o que tem sido minimizado através da construção de fontenários públicos em determinados pontos estratégicos.

“Discutimos o assunto com os representantes das comunidades e com os líderes do posto administrativo da Matola Rio e decidimos construir fontenários públicos em sete locais estratégicos”, disse, juntando que empresa vai fazer uma avaliação técnica para aferir se os locais identificados reúnem condições para a abertura de fontenários para abastecer a população.

Acrescentou que o uso correcto de fontenários públicos vai permitir a minimização da falta de água na região, sendo, para o efeito, necessário estabelecer uma interligação com as estruturas administrativas dos bairros, por forma a monitorar melhor o ambiente da população.

Importa realçar que o caudal do Rio Umbeluzi baixou drasticamente, nos últimos anos, devido à seca, o que causou o fornecimento de águas em regime de restrição para Maputo, Matola e Boane: “As populações deviam entender que este problema é alheio à nossa vontade”, frisou a directora da Área Operacional da Matola da empresa Águas da Região de Maputo.

Mundo

Expulsão de ex-cardeal por crimes sexuais sugere que para o Papa não há intocáveis

Já ninguém é intocável. Parece ser esta a mensagem enviada este sábado pelo Papa Francisco para dentro e para fora da Igreja Católica, depois de o Vaticano ter anunciado a expulsão de Theodore McCarrick do sacerdócio, em vésperas de uma cimeira inédita que juntará mais de 150 líderes religiosos em Roma para debater os abusos sexuais e o seu encobrimento no seio da Igreja.

Texto: Público de Portugal

Acusado de crimes sexuais contra menores e adultos, ao longo de décadas, o ex-cardeal e arcebispo de Washington D.C., nos Estados Unidos, tornou-se no primeiro detentor de uma posição de topo na hierarquia católica, em quase cem anos, a ser reduzido ao estado laico.

Aos 88 anos, e depois de já ter sido despojado do título de cardeal em Julho passado, na sequência de uma denúncia, com quase 50 anos, de abuso sexual a um rapaz de 16 anos, McCarrick perde o direito de se auto-intitular padre, deixa de poder celebrar sacramentos e fica privado de todos os benefícios financeiros e de habitação que gozava por pertencer à Igreja.

“Há poucos meses era cardeal, hoje é o Sr. McCarrick. É uma humilhação inimaginável naquele mundo [da Igreja Católica]”, garante ao Washington Post Davide Cito, advogado e especialista em Direito Canónico da Pontifícia Universidade da

Santa Cruz, em Roma.

McCarrick havia sido notificado da decisão do Papa no início de Janeiro e apresentou recurso. Mas este foi rejeitado na quarta-feira pela Congregação para a Doutrina da Fé. Através de um comunicado, este sábado, o Vaticano revelou que o “Santo Padre reconheceu a natureza definitiva” da decisão, pelo que já não poderá ser alvo de recurso.

Segundo o comunicado, o ex-cardeal foi julgado e considerado culpado por práticas “pecaminosas com menores e adultos” e por “solicitação” – um crime que o Vaticano define como uma situação em que um padre comete um acto imoral e abusivo com um penitente durante a confissão. Ambos os crimes, diz a Igreja, têm a agravante de terem sido resultado de circunstâncias de “abuso de poder”.

Decorrem ainda investigações independentes nas dioceses de

Nova Iorque, Metuchen, Newark e Washington, onde McCarrick serviu e se tornou numa das vozes mais proeminentes da Igreja Católica nos EUA.

“Quase revolucionário”

Os casos de padres e funcionários eclesiásticos expulsos e suspensos das suas funções, por denúncias de crimes sexuais, tornaram-se comuns. Mas desde a renúncia ao cargo do cardeal francês Louis Billot – devido a ligações ao movimento político de extrema-direita Action Française –, em 1927, que nenhuma figura de topo da Igreja Católica era desapossada do seu estatuto. E no que toca à expulsão por abusos sexuais, o caso de McCarrick é mesmo uma estreia.

Kurt Martens, professor de Direito Canónico na Universidade Católica da América (Washington), vê na decisão contra McCarrick uma tomada de posição

“quase revolucionária” do Papa Francisco. “Bispos e antigos cardeais deixaram de ser imunes ao castigo e a reverência do passado deixa de se aplicar”, disse o académico ao New York Times.

“É um momento sísmico, uma mensagem clara. O #MeToo chegou à Igreja”, escreveu no Twitter Austen Ivereigh, biógrafo do Papa.

Há muito pressionado a aplicar a sua visão mais progressista do papel da Igreja à denúncia de abusos sexuais por membros do clero, Francisco assumiu publicamente a sua determinação em identificar e condenar este tipo de crimes no Verão do ano passado – pouco depois de um ex-núncio nos EUA o acusar de ter tido conhecimento das acusações contra McCarrick há cinco anos, e numa altura em que se atropelavam na comunicação social relatos de encobrimento das autoridades eclesiásticas a abusos sexuais nos EUA, no Chile, na Irlanda e na Austrália.

Numa carta aberta, em Agosto de 2018, o Papa admitiu “vergonha e arrependimento” pela forma como a Igreja lidou com estes crimes e pediu a ajuda de todos os católicos para eliminar “esta cultura de morte”.

Foi imbuído por esse sentido de missão que o chefe da Igreja Católica convocou mais de 150 líderes das conferências episcopais de todo o mundo para um encontro, que se realizará entre os dias 21 e 24 deste mês, no Vaticano, e onde serão discutidas estratégias para responder a um dos maiores flagelos dentro da instituição.

O anúncio do castigo a McCarrick a menos de uma semana da cimeira inédita não parece, por isso, tratar-se de uma mera coincidência. “Francisco entende claramente que o abuso sexual é um abuso de poder. E não poderia ter enviado um sinal mais claro que este”, afiança Ivereigh.

“Quando olhamos para os chineses só vemos as lojas mas esquecemos envolvimento no sector de petróleo e gás”, Chuma Nwokocha

O Standard Bank acaba de criar, na sua sede em Maputo, “um espaço especialmente dedicado para o atendimento de empresários chineses”, revelou o Administrador delegado do terceiro maior banco comercial em Moçambique desmistificando que “quando olhamos para os chineses só vemos as lojas mas esquecemos, por exemplo, o envolvimento em grandes investimentos como no sector de petróleo e gás”. A fábrica flutuante de gás natural liquefeito que irá extrair gás na Área 4 da Bacia do Rovuma tem financiamento chinês.

Texto: Adérito Caldeira

Pelo segundo ano consecutivo o Standard Bank reuniu parte dos seus clientes chineses com interesses em Moçambique para actualizá-los sobre o estágio da economia assim como as oportunidades de investimento e as facilidades que a instituição financeira disponibiliza através de um espaço dedicado e onde o atendimento é realizado por gestores oriundos do país asiático.



“Estes têm larga experiência bancária e estão aptos para oferecer o melhor aconselhamento empresarial bem como indicar as soluções financeiras mais ajustadas às necessidades de cada investidor chinês” explicou Chuma Nwokocha, o Administrador delegado do Standard Bank.

Nwokocha disse ao @Verdade que “a carteira de negócios chineses em Moçambique vai crescer,

a tendência é para crescer e ser muito mais relevante, muitas vezes quando olhamos para os chineses só vemos as lojas mas esquecemos, por exemplo, o envolvimento em grandes investimentos como no sector de petróleo e gás onde está bem representado”.

Através do Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), que detém 20 por cento do Grupo Standard Bank, o gigante país asiático

financiou em 1,75 biliões de dólares a fábrica flutuante de gás natural liquefeito que a Eni e parceiros estão a construir para extrair gás na Área 4 da Bacia do Rovuma, no Norte de Moçambique.

Chuma Nwokocha afirmou que “para as grandes empresas chinesas o Standard Bank é um destino preferido” e por a instituição financeira que está na vanguarda do uso da moeda chinesa nas suas operações que permitem a conversão de meticais para yuan em todos seus balcões de atendimento no nosso país.

O representante do Banco Industrial e Comercial da China, Sun Gang, declarou que além dos investimentos no sector de petróleo e gás o interesse do empresários do seu país é “na construção de Centrais Eléctricas, Hidroeléctricas e na



construção de infra-estruturas”, na perspectiva de tirar partido do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) que tem disponível para os países africanos 60 biliões de dólares norte-americanos.

Contrariamente a percepção generalizada que os chineses importam preferencialmente a madeira moçambicana as Estatísticas nacionais do Comércio Externo de

Bens indicam que os Minérios de titânio e seus concentrados são os principais produtos que Moçambique exporta. Em 2017 as exportações desse minério atingiram os 156,5 milhões dólares norte-americanos e representaram 62 por cento de todas importações de produtos nacionais pela China. A madeira representou apenas 16 por cento das exportações moçambicanas para o país asiático.

Standard Bank tira mais de 5.000 alunos do chão

O Standard Bank ofereceu, na segunda-feira, 18 de Fevereiro, carteiras escolares a cinco escolas da autarquia da Matola, província do Maputo. Através deste gesto, que vai beneficiar mais de cinco mil alunos, o banco pretende minimizar a carência deste tipo de material e, por via disso, contribuir para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem no País.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

As carteiras, de dois lugares, serão alocadas às escolas secundárias de Matlemele e Boquisso, bem como às escolas primárias completas da Machava, Unidade H e Ngolhosa, cujos alunos deixarão de estudar sentados no chão.

Na ocasião, o presidente do Conselho de Administração do Standard Bank, Tomaz Salomão, afirmou que a oferta destas carteiras visa proporcionar um início de ano lectivo tranquilo aos alunos das escolas beneficiárias.



“No Standard Bank não trabalhamos só para os nossos clientes, mas também para as nossas comunidades, pois a nossa verdadeira missão é ajudar a desenvolver Moçambique. E é por acreditarmos que só uma educação de qualidade é que impulsiona o desenvolvimento e progresso das nações que estamos aqui a efectuar a entrega destas carteiras”, referiu Tomaz Salomão.

Por seu turno, o administrador delegado do Standard Bank, Chuma Nwokocha, explicou que o banco tomou a iniciativa de oferecer este material por acreditar que, para uma aprendizagem condigna e obtenção de um bom aproveitamento, os alunos devem sentir-se cómodos na sala de aula, ou seja, devem estar sentados em carteiras.

“Este gesto é bastante simples para as necessidades do País mas, para nós, é enorme, tendo em conta que vamos tirar mais de cinco mil alunos do chão”, considerou Chuma Nwokocha, que explicou que, para o Standard Bank, a educação é um direito,

e não um privilégio, o que justifica os investimentos que o banco tem direccionado a esta área, que é um dos pilares da sua responsabilidade social corporativa.

A cerimónia de entrega das carteiras, que teve lugar na Escola Secundária de Matlemele, contou com a presença da ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, Conceita Sortane, que, na sua intervenção, congratulou o

Standard Bank por se juntar aos esforços do Governo na criação de condições favoráveis para a aquisição de conhecimentos, habilidades, capacidades e atitudes por parte das crianças e dos jovens.

“A oferta destas carteiras é um gesto exemplar e de confirmação de que só unindo os esforços é que podemos oferecer uma educação de qualidade para as nossas crianças”, disse a governante, para quem a educação é um instrumento para a afirmação e integração do indivíduo na vida social, económica e política, indispensável para o desenvolvimento do País.

Já os alunos, representados, na ocasião, por Neima Elias, louvaram o gesto do Standard Bank e comprometeram-se a conservar as carteiras de modo a que possam servir às futuras gerações.

“Esperamos que continuem com esta iniciativa (de oferta de carteiras escolares) e abranjam outras crianças do País, que neste momento necessitam deste tipo de apoio”, apelaram os alunos.

Empossados membros do Conselho de Administração da Tmcel

O IGEPE- Instituto de Gestão de Participações do Estado conferiu posse aos membros do Conselho de Administração da nova empresa, recentemente constituída, a Tmcel-Moçambique Telecom, SA., entidade que resultou da fusão das empresas Moçambique Celular (mcel) e Telecomunicações de Moçambique (TDM).

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

A cerimónia decorreu, na cidade de Maputo, na última terça-feira, 19 de Fevereiro.

Trata-se de Mahomed Rafique Jusob Mahomed, Mário Luís Albino e Binda Celestino Jocker que passam a ocupar, respectivamente, os cargos de presidente do Conselho de Administração, administrador para a Área de Administração e Finanças e administrador para a Área Operacional, respectivamente.

Os três membros, com funções executivas, cujo mandato é de quatro anos, fizeram parte do Conselho de Administração que conduziu, durante 18 meses, o processo de fusão das empresas TDM e mcel.

De acordo com Ana Coanai, presidente do Conselho de Administração do IGEPE, sócio maioritário da Tmcel, uma vez empossado, o Conselho de Administração vai assinar, brevemente, um contrato de gestão, um instrumento que deverá nortear a sua actuação na implementação do plano de negócios da empresa.

“Durante o processo de fusão, elaborámos o plano de negócios que, com os devidos ajustamentos, vai culminar com a assinatura do contrato de gestão”, afirmou Ana Coanai.

Num outro desenvolvimento, a PCA do IGEPE garantiu estarem salvaguardados os interesses de todos os intervenientes, em particular os trabalhadores, “que devem merecer a nossa atenção, pois são o nosso activo mais forte da empresa”.

“Quando levámos a cabo o processo de fusão, tomámos algumas medidas, e uma delas foi dar atenção especial aos trabalhadores. Por isso, assumimos, aqui, o compromisso de concluir todos os processos que, porventura, estejam pendentes”, acrescentou.



Na ocasião, Mahomed Rafique Jusob Mahomed, assumiu, em nome do Conselho de Administração, como principais desafios a consolidação da fusão e a criação de uma nova mentalidade na nova empresa, com vista à sua modernização, bem como à criação e à oferta de dados e serviços com recurso à tecnologia de ponta.

“Reiteramos o compromisso de transformar, nos próximos quatro anos, a Tmcel na maior e melhor empresa de telecomunicações, bem como o de cumprir os desígnios da agenda nacional de desenvolvimento e de salvaguardar os interesses do País, da empresa e dos trabalhadores”, realçou Mahomed Rafique Jusob Mahomed.

Para além dos directores da nova empresa, representantes sindicais e de vários outros quadros, estiveram presentes, na qualidade de convidados, a PCA da Autoridade Reguladora das Comunicações (ARECOM - ex INCM), Ema Chicoco, o presidente do Conselho de Administração da Vodacom, Salimo Abdula e ainda representantes do Ministério dos Transportes e Comunicações.



Boqueirão da Verdade

“A Assembleia da República, após o encerramento da sua última sessão ordinária, e em vésperas de início da campanha eleitoral, foi confrontada com um pedido de declaração de perda de mandato em relação a deputados que se inscreveram em partidos diferentes daqueles pelos quais haviam sido eleitos. O Parecer da Comissão dos Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e de Legalidade é escasso em fundamentação ou em argumentação, fazendo apenas referência a um precedente que teria ocorrido na legislatura anterior com alguns deputados da bancada ora requerente”, **Teodato Hunguana**

“O vínculo que liga o Deputado a uma bancada é de natureza político-partidária, organizatória e disciplinar, não se sobrepondo ao vínculo que o liga ao Estado e à Nação. Por isso é que ele pode romper esse vínculo sem que seja posta em causa a sua condição de Deputado da Nação. A proibição que a Constituição estabelece, como limite à liberdade do Deputado, é apenas a da sua “migração” para outras forças políticas, entenda-se, na vigência do mandato. Uma prática proibida entre nós mas permitida noutros parlamentos e que se designa de “floor crossing”. Esta limita-

ção tem por finalidade, por um lado, defender o partido perante o qual o Deputado assumiu compromisso ao aceitar a inclusão na respectiva lista, e, por outro, a permitir a organização e disciplina dos deputados necessária à estabilidade e ao normal funcionamento da instituição parlamentar”, **idem**

“Porém, e apesar da reconhecida relevância destes fundamentos, nenhum deles se sobrepõe ao vínculo que liga o deputado à Nação, nem ao princípio de liberdade de consciência que lhe é inerente. Por isso mesmo o deputado pode afastar-se do partido (e da bancada) pelo qual foi eleito mantendo-se como deputado independente, portanto sem perda do mandato. Sobre esta possibilidade não se suscita nenhuma dúvida. Se lhe é reconhecido o direito de se desvincular e afastar totalmente do partido pelo qual foi eleito deputado, em pleno exercício do mandato e sem perda do mesmo, com que fundamento se lhe iria recusar o direito de se inscrever por outro partido para o mandato seguinte? A considerar-se sancionável este último comportamento, por maioria de razão se deveria sancionar o primeiro porquanto, por esse prisma, é sem dúvida

mais grave”, **ibidem**

“Quem nunca pensou numa demissão na vida profissional ou no exercício de uma função de chefia no sector público ou privado quando chega a sua vez diz, de forma vigorosa e convicta, que sai de cabeça erguida e com a sensação de dever cumprido. Que deu tudo o que podia e sabia. Pelo menos é isso que se tem ouvido dizer no nosso país”, **Mouzinho de Albuquerque**

“É óbvio que as reacções das pessoas que são demitidas das suas funções podem ser várias mas, independentemente disso, os que têm deixado funções por vários motivos ou na condição de demitidos têm dificuldades em assumir também aquilo que constituiu o seu fracasso ou erro no desempenho da sua função porque, aparentemente, não querem dizer a verdade perante a sociedade a quem tudo prometeram fazer para melhor servi-la, e limitam-se a dizer que saem de cabeça erguida”, **idem**

“Essas atitudes tornam-se mais preocupantes quando essas pessoas, mesmo reconhecendo e admitindo as falhas que cometeram como dirigentes ou mesmo metas não alcançadas durante o desempenho da sua função, in-

system nisso, isto é, em dizer que saem de cabeça erguida, achando que estão certas e as outras é que estão erradas. Que hipocrisia? Obviamente que esses não saem de cabeça erguida, mas sim, cabisbaixo, ou melhor dizendo, saem pior do que o esperado deles.”, **ibidem**

“Por mera coincidência, no passado domingo, dois órgãos de comunicação social trouxeram em destaque e à baila um tema que tem estado a incomodar meio mundo e de modo particular, a sociedade moçambicana. Trata-se do tema das violações sexuais, tanto à crianças, raparigas, como a mulheres adultas. Estes casos têm de facto estado a alarmar a sociedade nos últimos dias, mas eles vêm de longe. Como poucos ou nenhuns têm a devida punição então a situação anima os prevaricadores”, **Alfredo Dacala**

“Um semanário e uma estação televisiva, no seu tema da semana, cada um à sua maneira, trouxeram este tópico com episódios e dados estatísticos sobre a sua prevalência e tratamento: 1186 casos deste género e que continuam a ocorrer. Este número é de registo, sabendo-se que há vários casos que não são registados por não chegarem às autoridades,

por várias razões. Ou por vergonha das vítimas, ou por silêncio delas e das famílias, ou porque foram ameaçadas ou ainda a vítima não sabe a quem recorrer em casos destes, pois a família parece alhear-se à essas situações e culpabiliza a vítima. Já não se valoriza os bons comportamentos, os bons costumes, as boas regras. Já não há nada que seja tabu”, **idem**

“Os adultos já não chamam atenção às crianças pelos maus comportamentos, pelo contrário, eles próprios agem duma maneira censurável, que é apreendida pelos menores. Já não se age moralmente, pelo contrário, age-se imoralmente. Os adultos já não sentam com as suas crianças dando um pouco de educação moral. Já não se ensina pelo exemplo. Deixam tudo para as igrejas, muitas delas também preocupadas com as peneiras de dízimos. Não conseguimos construir, como os nossos pais e avós fizeram, as bases que vão guiar as crianças no futuro, que vão guiar a sua conduta como homens, determinando-lhes o carácter, o altruísmo e as virtudes, ensinando-lhes a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade. Estamos a criar nas nossas casas, verdadeiros psicopatas. Tudo isso é chocante”, **ibidem**


 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade


Jornal @Verdade

Criado em 2006 com o objectivo de reduzir a pobreza o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), que valeu ao seu criador um inédito Doutoramento Honoris Causa em Economia, tornou-se num dreno de dinheiros públicos para alavancar o partido Frelimo nas zonas rurais e por isso os sucessivos governos não têm criado os necessários mecanismos para o seu reembolso. Entre 2012 e 2017 mais de 6 biliões de meticais foram desembolsados e “a solicitação dos reembolsos é feita por via de sensibilização oral, o que propicia que não haja efectivação dos reembolsos”.


<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/67970>




 **Jasty Mulima** O projeto só alavancou os comerciantes de bebidas, pois muitos abriram barracas. · 2 dia(s)


 **Armando Magaia** Aquilo foi oferecer dinheiro doque outra coisa...se a ideia era ajudar mesmo, penso que havia muitas formas de-o fazer. Por exemplo, para quem quisesse investir na agricultura era mais fácil lhe apoiar através dum trator para preparar a terra, sementes e adubos, e depois uma assistência técnica contínua para garantir um controle e medidas corretivas para se alcançar os planos estabelecidos.


Dar em dinheiro foi a pior coisa que o governo fez...das pessoas que conheço 99% ninguém devolveu se quer uma parte daque valor. · 2 dia(s)


 **Kino Florentino Silva** O projeto foi uma valia, mas o problema é que beneficiava os membros do partido. Isto é: quem tinha cartao do membro. Alguns levaram o dinheiro pra construir suas casas,nao investiram para obter lucros e devolver o resto. · 2 dia(s)


 **Teodosio Ezequiel** serão também presos todos os que se beneficiaram desse fundo, porque surgiram informações

confidenciais que é parte do dinheiro das dividas ocultas, kkkkk se preparem em breve começam as detenções. · 1 dia(s)


 **Narcisio Moises** Guebuza deu taco ao povo, podem não devolver. · 2 dia(s)


 **Manuel Cardoso** Então trata-se deum regabofe; · 1 dia(s)


 **Guilherme l'Afro Mozambicain** Kkkkk · 2 dia(s)


 **Gil Drummer** projecto de enriquecer o bolso do pessoal da frelimo mas fazer como agora já querem ajuda em nome do povo · 2 dia(s)

 **Cristovao Judasse** Quicimisse FALAR NAO CUSTA · 2 dia(s)

 **Carlos Joao** Por onde andas oh “jornal Verdade”? · 2 dia(s)

 **Jose Lucas** A Pátria é a mesma · 2 dia(s)

 **Samuel Bombi** Projectos não bem elaborados · 2 dia(s)

 **Maximo Bonifacio** Esses que autpgaaram 0 título de “Doutor h0n0rs causa” sa0 acadêmicos mesmo? · 2 dia(s)

Desporto

Costa do Sol conquista oitava Supertaça de Moçambique

No jogo que marcou a abertura oficial da época futebolística 2019, neste domingo (17), o Costa do Sol derrotou a União Desportiva do Songo e conquistou a sua oitava Supertaça, agora denominada Mário Esteves Coluna.

Texto: **Adérito Caldeira**

No estádio nacional do Zimpeto, em Maputo, os “canarinhos”, detentores do troféu e vencedores da Taça de Moçambique em 2018, sacudiram a pressão inicial dos campeões nacionais e com grande eficácia colocaram-se na frente do marcador.

Chawa teleguiou a bola, na marcação de um livre pelo flanco direito a meio do meio campo, para a cabeça do capitão Isac que mais lesto que os seus defensores antecipou-se ao guarda-redes Swini testando para o fundo das malhas.

Claramente sem ritmo de jogo os “hidroeléctricos” só conseguiram esboçar alguma reacção depois do intervalo.

Mas o Costa do Sol, mesmo a jogar contra o vento, estava melhor e Isac arrancou pelo flanco direito e cruzou com conta peso e medida, a defesa falhou e o seu colega Eva Nga chegou atrasado para emendar para o fundo da baliza vazia.

No minuto 68 o malawiano Chawa voltou a servir Isac, cruzando do flanco esquerdo, mas o capitão chutou para as nuvens.

Com a União a crescer no relvado Horário Gonçalves mexeu na equipa, depois de ter sido obrigado a substituições logo nos minutos iniciais devido a problemas físicos, e Raul saltou do banco para sentenciar o jogo. Fugiu pelo corredor direito e de ângulo difícil chutou forte e colocado, Swini tentou defender mas o esférico só parou no fundo das redes.

Esta foi a terceira final da Supertaça perdida pela equipa de Nacir Armando, a segunda consecutiva para o Costa do Sol.

Já os “canarinhos” tornaram-se nos recordistas da prova (1994, 1999, 2001, 2002, 2003, 2008, 2018 e 2019), destacando-se do Ferrovário de Maputo que tem sete Supertaças.



Jornal @Verdade

@Verdade Editorial: Não será essa uma peça de teatro mal encenada? Depois de anos a fingir que nada está a acontecer, a Procuradoria-Geral da República (PGR), qual uma virgem pudica, decidiu encenar uma peça na vã tentativa de lavar a sua imagem. A PGR quer convencer aos moçambicanos que sempre estive preocupado (e andou a investigar) com o caso das dívidas contraídas de forma ilegal pelo Governo da Frelimo. Subitamente, começaram a correr informações sobre as detenções de algumas figuras envolvidas numa das maiores roubalheiras de todos os tempos. O primeiro nome que começou a soar é a de Teófilo Nhangumule e, mais tarde, ficamos a saber da prisão de Gregório Leão, António de Rosário e assim por diante. Os moçambicanos menos atentos e sem nenhuma emoção crítica devem ter achado a iniciativa do Ministério Público louvável, quando, na verdade, se trata de uma tentativa de distrair os moçambicanos dos reais problemas do país, sobretudo num ano eleitoral.

<http://www.verdade.co.mz/opinioao/editorial/67969>



Armando Edmilson

Quem nos tampar os olhos · 1 h



Sidonio Bras O processo das Dívidas Ocultas será bem tratado em 2020 no Governo da Oposição. Tenham paciência até lá. Todos serão condignamente tratados, julgados e Condenados. · 1 dia(s)



Teodosio Ezequiel Se próximas eleições a oposição não tomar o poder, sugiro golpe de estado, porque isso já não está a dar. A verdadeira paz não faz-se sentado em ar condicionado conversando, mas pagando nas armas e derrubando o inimigo comunista. As coisas são assim em África, temos que retomar nossa identidade. · 1 dia(s)



Patricio Assassino, inimigo da PAZ. Comportamento animalesco e diabólico. SO O REINO DE CRISTO É A UNICA ESPERANÇA DO POVO [Mat.6:9,10] · 13 h



Anibal Mutoue Infeliz e ambicioso de poder. Vai cultivar irmão. Isso faz bem · 7 h



Rodrigues Nós vivemos de críticas e o pior de tudo os que adoram viver de críticas, nada fazem. A P G R, já está a fazer o seu trabalho. Diz o ditado, vale mais ser tarde do que nunca. O que nos temos que rogar, é de que esse trabalho vá em frente e nos traga os resultados que nos todos desejamos. Força P. G. R, o caminho é a frente. · 1 dia(s)



Sebastiao Da Isabel **Valentim** Eu considerava o senhor de uma pessoa idónea, que não se deixa enganar facilmente, mas vejo que não · 1 dia(s)



Teodosio Ezequiel Kero acreditar que não kerias afirmar isso, mas se escreveste isso lúcido então meu amigo tu não és uma pessoa visionária. · 1 dia(s)



Rodrigues Sebastiao Da Isabel Valentim é tua opinião e aceito. Isto Cada um tem o seu ponto de vista. Eu não me considero enganado. Se a P G R, até hoje ou nunca deter ninguém, o vosso discurso iria mudar muito do vosso foco, problema é que todos queremos ser P G R e sem

sabermos o que há lá dentro desde a complexidade dos processos e outros elementos. Eu como cidadão, é só acompanhar como as coisas estão andando e não perturbar uma coisa que eu não sei como foi e como vai · 1 dia(s)



Carlos Rodrigues Teodosio Ezequiel não existe uma visão colectiva meu caro e não existe pessoa sem visão cada pessoa tem a sua própria visão e essa visão dessa pessoa se não vai ao teu encontro não é por falta de visão. Temos um ponto de partida e a partir dele surgem várias vizes conforme o ângulo de visão de cada um · 1 dia(s)



Florentino Silva Carlos Rodrigues, esperança é sonho de um homem acordado. Acorda e lave a cara com piri piri,tenha uma epifania. · 1 dia(s)



Carlos Rodrigues Kino Florentino Silva o estar acordado não significa alcançar o céu! Aquilo que disse Jesus -é difícil passar um rico no fundo duma agulha do que um pobre. · 1 dia(s)



Kino Florentino Silva Tribunal judicial da c. maputo iniciou na sexta feira legalização da prisao d 8 arguidos envolvidos no caso dívidas ocultas. As audições decorrem sob secretismo sem acesso a jornalistas nacionais e internacionais. Fonte tvn Tvm.co.mz Se tens OperaNews veja,tentei partilhar aqui mas sem sucesso. Tens dúvidas das pessoas que as defende? · 1 dia(s)



Carlos Rodrigues Kino Florentino Silva Meu irmão, o importante para nós e só acompanhar as coisas como andam. Eu do meu lado é continuar a trabalhar para garantir a sustentabilidade de mim mesmo e dos dependem de mim. Isto é que é mais importante e não ir se meter onde não fui chamado e aí pôde se dar mal e deixar meus lindos filhos na desgraça. · 1 dia(s)



Sebastiao Da Isabel **Valentim** O problema é exactamente esse passividade e os nossos dirigentes sabem aproveitar-se disso e brincam debaixo dos nossos narizes, roubam,saqueiam a coisa pública e meia volta aparecem com

teatros baratos. Meu irmão Carlos Rodrigues está na hora de olhar as coisas com mais profundidade,se tem a mente poluída não vicia os meus jovens com isso,guarde pra si a sua opinião · 2 · 1 dia(s) · Editado(s)



Carlos Rodrigues Não há nada de passividade, o importante é dar ao tempo e ele é que vai resolver e nos temos que saber esperar. · 23 h



Angelo Constantino **Malache** Ja faz 44 anos que o povo esta a espera. Esperou de pé, sentado, deitado com lagrimas nos olhos, maos rasgadas pela enxada que nada produz e debaixo de humilhação, corrupção, perseguição, tortura e assassinatos. Foi pensando no bem estar dos filhos, da familia e de gerações futuras que os jovens do 25 de Setembro pegaram em armas e libertaram Moçambique. Viva o jovem moçambicano, viva a revolução!!! · 20 h



Bertino Nhapulo apoiado. manda fuder esse cego do tal CR. caralho de merda · 18 h



Estêvão Marcos Chavala Carlos Rodrigues ,Tudo com seu tempo, Nada resta deste governo para acreditar, precisa de muito sono e preguica mental para Um pingo de esperança. Carlos Rodrigues, a pensar assim, Entao todos alunos dumb turma Nao precisariam de avaliacoes e seriam dispensos. Carlos Rodrigues continue no teu sono. O onda vai Te acordar Carlos Rodrigues, Como farias Se o estado Nao faz a sua parte? Falo de Bom atendimento no hospital, qualidade de ensino ,boas Estradas? Cropcao acentuada nas instituicoes? E Como consequencia ha subida de precos de combustivel e desvalorizacao da moeda? Tiveste conhecimento do caso embrayer, aerporto de Nacala e do Cambaza.? · 10 h



Carlos Rodrigues Estêvão Marcos Chavala - olha o estado somos nós e nos é que praticamos isso tudo. Eu resumo isso com aquela história do velho, o rapaz e burro. e final da história diz que o mundo ralha por tudo e outra máxima é de que - onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão. Eu não tô defender os criminosos, eles tarde ou cedo, vão responder pelos seus actos e deixemos que o tempo tome conta deles. · 10 h



Anibal Mutoue JORNAL MENTIRA · 7 h



Samuel Bombi Se eu fosse o PGR mandava revogar as dívidas aprovadas na AR · 11 h



Sam Mazive FRELIMO NAO. RENAMO JA · 12 h



Jasty Mulima Teatro · 13 h



João Nhanengue Correm agora contra o tempo porque quem

controla a máquina da justiça já deu aval para que se faça uma varredura relâmpago,mas tudo isso é na tentativa de convencer a justiça norte americana e sul africana que eles são eficientes no seu W,mas essa ideia há bom tempo que caiu em terra pk a máscara deles já caiu há muito tempo e todo mundo sabe muito bem quem são eles. · 1 dia(s)



Zizou Gostozo DM SENHORA VAI BUSCAR GUEBUZA É URGENTE · 1 dia(s)



Emeka Sekou Editor? Alguma coisa o Governo faz está certa para si? Porquê não se candidata para governar? · 1 dia(s)



Hélder Mazive Ele está a fazer o trabalho dele... Ele não escreve o que as pessoas querem, mas sim o que ele acha sobre um determinado assunto... e você, qual é o seu trabalho, além de defender coisas que não sabe? · 1 dia(s)



Estêvão Marcos Chavala Indique voce o que acha de corecto · 10 h



Anibal Mutoue Esse tem patrocínio para escrever mal contra o governo da FRELIMO afinal de contas eles vivem por isso. VAO MORRER INFELIZES ESSE COITADOS · 7 h



Nelita Jose Ohhh.k.k.k.k. isto está animar. cadê Dr vaz · 23 h



Macossa Tomas Kkkkk este filme não anima já sabemos qual é o final este filme · 1 dia(s)



Calvino Cumbe Dói sabe!? · 1 dia(s)



Nazir Jerônimo Relaxem, é de conhecimento de todos que isso não passa de uma encenação mas, uma coisa vos digo, o meu voto já não conta para este partido no poder. · 1 dia(s)



Lete Pedro Cpedro Por mais que seja verdade, sempre a atuação d PGR irá amostrear, alias colocará duvidas nas mentes dos moçambicanos, por isso parece tudo isso um teatro mal preparado. So quero vos alertar que a geração de hoje nao é da decada de 80 à 90. Por isso a forma de saquear os fundos do Estado deve ter uma profunda reforma é serio. · 1 dia(s)



Maria Narotam Exactamente. autêntico teatro. só kem n tem olhos p ver essa palhaçada.. · 1 dia(s)



Pinheiro Junior A Beatriz é uma funcionária fantasma que vem lezando o Estado Moçambicano desde o dia que tomou posse, mais não disse. · 1 dia(s)



Isah Arthur Que vergonha · 1 dia(s)

Pergunta à Tina...

Estou curioso em saber se é algo normal para um homem, numa relação sexual, assim que libertar o esperma, a cabeça do pénis provoca umas cócegas por uns segundos, isto sinto quando mantenho relação sem a camisinha, Omar.

Acho que sim, Omar, é normal, até que o orgasmo geralmente é acompanhado de “cócegas” até pelo corpo todo, não é?

Seria muito bom então, se criares o hábito de usar sempre a camisinha, pois te evita esse incómodo, além de que previne as Infecções de Transmissão Sexual (ITS), incluindo o HIV. E também não serás surpreendido por gravidezes indesejáveis.

Olá Tina! Tudo bem consigo? Aqui tudo bem mas perturbada com uma situação... Eu era virgem até ao fim do ano passado e tenho 20 anos. Quando tento praticar relações sexuais com o meu parceiro não sinto prazer muito menos vontade. Todas vezes que tentamos é porque ele quer e diz que sente necessidades de praticar relações sexuais. De frisar que sempre que tentamos eu sinto uma dor intensa. Ele afirma que o meu corpo indica que quero praticar relações sexuais mas não é o que a minha consciência diz. Gostaria de uma dica! Beth

Olá Beth, por aqui tudo bem. Não admira que não tenhas prazer se sentes uma dor intensa. O melhor será não insistir até que se perceba a causa dessa dor. E para isso, precisarás ir a um centro de saúde ou a uma clínica, para observação e respectivo tratamento. Verás que tudo se resolve. Boa sorte!

Se tens alguma denuncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com



Jornal @Verdade

A detenção preventiva de nove cidadãos que alegadamente beneficiaram de forma indevida das dívidas das empresas Proindicus, EMATUM e MAM sugere que a Procuradoria-Geral da República (PGR) continua a ignorar o principal problema do povo moçambicano neste caso: os empréstimos de 2 biliões de dólares norte-americanos foram contraídos violando a Constituição da República e as leis orçamentais. Nenhum dos detidos é responsável pelas inconstitucionalidades e ilegalidades que obrigam o povo a pagar essas dívidas. As súbitas iniciativas da PGR em fazer justiça são parte da campanha eleitoral do partido Frelimo para as eleições gerais de 2019, que oficialmente iniciou semana passada.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/67984>



Saúl António Saúl Assim denomina-se como sendo jornal? Meus irmãos! Uma só questão. Se um membro da sua família comete uma atrocidade, todos da família levam a culpa pelo mau comportamento do outro? Temos sim nossas diferenças políticas, mas é preciso que nos respeitemos. Nesse ano eleitoral é preciso que cada um trabalhe incansavelmente no sentido de conquistar o eleitorado ao seu favor com base o seu manifesto eleitoral e não falando mal do X e nem do Y. Muito obrigado. COM A FRELIMO É NYUSI UNIDOS MOÇAMBIQUE AVANÇA. · 1 dia(s)

Domingos Magenge Magenge Só falou Cocó e nada mais. · 1 dia(s)

Tradutor Dinis Conheces quem é o Indivíduo Q? Estás preocupado com eleições? Devias te preocupar antes em lutar com a arma que tens para que os que nos prejudicaram paguem pelos seus crimes, isso inclui a própria Frelimo (Deputados) e o actual presidente que como se sabe quando esses crimes foram cometidos ele era Ministro da Defesa que controla o SISE e o beneficiário do armamento e barcos de patrulha, por mim este presidente está na lama, razão pela qual esse caso não andava... Se voce prende um acaba arastando o outro. · 1 dia(s)

Gelito Rafael Rafael Vc é um idiota k não sabe ok quer mesmo. se não tens ok falar cala e nos xtamox d olho. · 1 dia(s)

Césio Miambo até o seu silêncio tem mais valor · 1 dia(s)

Machai Junior CN Saúl António Saúl yuuuuu · 1 dia(s)

Saúl António Saúl Esse é problema vosso. Ao invés de perderem tempo tentando nos manchar. Ponham não na massa, trabalhem pra conquistar o eleitorado. Se essa é melhor forma que vocês sabem fazer força. · 1 dia(s)

Jado Armando Olha voce pirou nem? Axa q a Fr vai apanhar meu voto mesmo. Neva. Mesmo arroz deicer 100 mtn saco n voto. · 1 dia(s)

Herminio Notisso Jovem voce ainda é muito novo para conportarci desse jeito, os teus filhos e netos não vão ter essa oportunidade de ser escova qui ne voce, apenas vão pagar pelos seus erros qui estas a cometer agora. Meu caro irmao uqui esta errado esta errado ne qui voce tente manipular, dar pinos ,chorar ate defegar com a boca nada vai ajudar oky · 1 dia(s)

Douglas Costa João Sine #SaúlAntónio você está comigo · 1 dia(s)

Bruno Bruno Chirinze Com corruption e intolerance politics moz avança. · 14 h

Alide M. Nampoto Está defender o que mesmo? Se nem 100 mts cumeeste! Ao inves de lutar pra um Moçambique melhor, estás aqui a meter água. Que lambobotismo é esse? · 9 h

VisãoReal DasCoisas We Saúl, não nos atrapalhe queremos Guebuza não nesse vosso teatro mas sim numa justiça séria dos donos do dinheiro que “todos vocês da FRELIMO” roubaram · 7 h

Andre Francisco Simplesmente... a Frelimo e seu governo pretende com estas prisões preventivas o seguinte: 1. Mostrar serviço ao cidadãos de seu país convista as eleições presidenciais 2019, mostrando estar a avançar na responsabilização das pessoas envolvidas na operação Fantasma de criação de 3 empresas para enriquecimento ilícito desses 18 canaradas, 2. Dar uma forte cartada ao advogado de defesa de Chang para contrariar a tese da procuradora sul africana de que em Moçambique a PGR não estava a avançar na investigação e acusação dos envolvidos nesse esquema fraudulento de enriquecimento ilícito, na tentativa de safar Manuel Chang da extradição para os EUA, 3. Proteger 5 dos envolvidos nesse esquema de fraude que estão sendo procurados pelas autoridades norte americanas convista ao seu julgamento em Nova Iorque, estando eles sob custódia das forças de segurança moçambicanas fica complicado os americanos terem acesso a essas 5 pessoas, 4. Tentar a todo o custo iniciar primeiro o julgamento em Maputo dos envolvidos incluindo de Manuel Chang para justificar a necessidade de Chang se

apresentar, sob o argumento de que todos os envolvidos afirmam que Chang é a cabeça de toda a fraude, 5. Este é um filme cinematográfico onde o título seria: O JULGAMENTO FANTASMA... Daqui no máximo a 90 dias após a decisão de extradição de Chang para os EUA, o processo irá emperrar por falta de provas, e todos irão para casa... se e que já não estão em casa e só aparecem em viagens celulares quando há necessidade. · 1 dia(s)

Aguiar Mariano Estamos atentos, não nos vão aldrabar · 1 dia(s)

Initovitch Gulupov Jornal@Verdade eu penso que existem dois válidos problemas: 1. A ilegalidade da obtenção das dívidas e, 2. Aonde está esse dinheiro (pois podemos re-aplicar se nos devolverem). · 1 dia(s)

Soares É realmente uma campanha eleitoral que pode convencer algum eleitorado distraído. · 1 dia(s)

Nelson Tivane Tivane Onde está o principal problemático · 1 dia(s)

Martinho Gabriel Assane É bom assistir o teatro da PGR · 1 dia(s)

Pay Grandy Dah Nbsquad Isso não passa dum teatro · 1 dia(s)

Felizardo Chitsondo Teresa Campanha eleitoral · 1 dia(s)

Massuanganhe Onde estão os nomes sonantes que faziam parte da governação, aqueles que decidiram e que tinham poder de decisão pelo povo? · 1 dia(s)

Arsenio Massango Alguém que ajude-me na matemática, 2 000 000 000 (dois mil milhões) ou 2 000 000 000 000 (dois bilhões) de dólares roubados? · 1 dia(s)

Bento Albert Nuquisso Apanha aí o guebas a bater style. · 1 dia(s)

Parreira Henrique TODO ESSE PERCURSO PROCESSUAL, VERAO K tudo caíra no zero, não se esqueçam k a Frelimo é k fez, a Frelimo é k faz e é quem fará, se quer votar n esquerda saiba k o tal Ossufo Momade, primeiro vai encher os bolsos dele e voce continua na mesma, pense directo · 13 h

Carlos Nhaposse Josecarlosnhaposse Propaganda eleitoral · 1 dia(s)

Ascensao Guambe Marcos Depois da campanha eleitoral, tudo voltará ao normal! Que exaltemos a pátria...! · 1 dia(s)

Erick Michel Fenita Avengers. · 1 dia(s)

Samo Claro, a assembleia da República é o Centro da repercussão da pobreza do povo · 14 h

Manuel Mafuiate kakaka, teatro e mesmo, se mesmo a pgr tá nessa panela. · 1 dia(s)

Macossa Tomas Nos sabemos que isso não é de um teatro, para o Englishis ver · 1 dia(s)

Bonifácio Alexandre Guirruço Kakakaka, mas Guebuza phaaa, está a desfilar muzaya. · 1 dia(s)

Santos Ze Se fosse possível voltar atrás phaaaaa... odeio essa foto... Samora Machel tinha razão... um ambicioso é muito perigoso.... Guebas é muito terrível que até o Nyusi tem medo do gajo · 1 dia(s)

Rui Bacacheza Meneses É para nos enganar mesmo. · 1 dia(s)

Angelo Constantino Malache Palhaços · 1 dia(s)

O Tall Widnesy Tamaliua Vam se enganar · 1 dia(s)

Sociedade

AdeM lança campanha para o uso racional da água

Uma campanha de sensibilização para o uso racional da água e promoção da adesão às boas práticas, que podem ajudar a gerir este precioso recurso, foi lançada, na segunda-feira, 18 de Fevereiro, em Maputo, pela empresa Águas da Região de Maputo (AdeM), no âmbito das suas acções de responsabilidade social corporativa.

Texto e Foto: www.fimdesemana.co.mz

No âmbito desta iniciativa, a AdeM vai desenvolver acções de sensibilização na região onde opera, designadamente, nos municípios de Maputo e Matola, bem como na Vila de Boane.

Trata-se de uma medida que visa mitigar a falta de água, derivada da escassez da chuva, que afecta, especificamente, a região sul do País nos últimos anos, o que tem levado a empresa Águas da Região de Maputo a apelar para uma melhor gestão no fornecimento e consumo da água a todos os níveis.

Ao proceder ao lançamento formal da iniciativa, o administrador para a Área Comercial e Desenvolvimento de Negócio da AdeM, Estaline Machohe, explicou



que, com a incerteza e imprevisibilidade do melhoramento da situação, a empresa vê-se na necessidade de reforçar as medidas que assegurem um consumo responsável da água, através da disseminação de informação, com a realização da sensibilização denominada “Campanha para o uso racional da água”.

Esta campanha, conforme sublinhou Estaline Machohe, vai disseminar, através de diversas actividades, informações que visam incutir uma nova atitude na utilização e poupança de água com a divulgação, através dos órgãos de comunicação social, com o propósito de alcançar o maior número de pessoas, dos mais diversos estratos sociais.

“Pretendemos, deste modo, sensibilizar para o uso racional da água e promover a adesão às boas práticas que podem ajudar a gerir este precioso recurso, em especial na situação de escassez que se vive actualmente”, frisou.

Para melhor efectivação desta campanha, o administrador para a Área Co-

mercial e Desenvolvimento de Negócio da AdeM apelou para a denúncia de actos de roubo e vandalização, ligações clandestinas e todos actos que concorrem para a danificação dos materiais, cuja reposição tem custado à empresa somas elevadas de dinheiro, impossibilitando assim a concretização de outros projectos pré-definidos para o provimento de água para o abastecimento à população.

Importa realçar que, nos últimos anos, a região sul do País tem estado a registar escassez de chuvas, devido à ocorrência do fenómeno El Niño, situação que se reflecte no baixo caudal do rio Umbe-lúzi, onde se localiza a Barragem dos Pequenos Libombos.

Quase um terço da população chinesa terá mais de 65 anos em 2050

Trinta por cento da população chinesa terá mais de 65 anos, dentro de três décadas, informou hoje um jornal chinês, ilustrando o rápido envelhecimento do país, apesar de ter abolido a política de filho único.

Texto: Público de Portugal

"O rápido envelhecimento da população aumentará a pressão sobre os fundos de pensão e o trabalho, e as famílias enfrentarão dificuldades sem precedentes para cuidar dos mais velhos", afirmou Wang Guangzhou, especialista em economia populacional, na Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), citado pelo jornal oficial China Daily.

Segundo dados oficiais, 166,6 milhões de pessoas na China, o equivalente a 11,9% da população total, têm mais de 65 anos, mas devido à queda na taxa de natalidade, a proporção de idosos "aumentará rapidamente" ao longo das próximas décadas, alertou o especialista.

A China, nação mais populosa do mundo, com cerca de 1.400 milhões de habitantes, aboliu a 01 de Janeiro de 2016 a política de "um casal, um filho", pondo fim a um rígido controlo da natalidade que durava desde 1980. Pelas contas do Governo, sem aquela política, a China teria hoje quase 1.700 milhões.

Mas, devido à redução no número de mulheres em idade fértil, um grupo que perde entre cinco e seis milhões de pessoas por ano, e aos altos custos e falta de tempo para criar uma criança, a taxa de natalidade continuou a

cair nos últimos anos.

Em 2018, o número de nascimentos fixou-se em 15,23 milhões, o mais baixo desde 2000, e um abrandamento de 3,81%, face ao ano anterior.

Citado pelo China Daily, Yuan Xin, professor na Nankai University, norte do país, estimou que o declínio da população, juntamente com o envelhecimento, fará com que o número total de pessoas em idade activa (entre os 15 e 59 anos) caia 22%, para 700 milhões, em 2050.

O número de chineses em idade activa está actualmente fixado em 897,3 milhões.

No entanto, Yuan recusou que o país vá sofrer escassez de mão-de-obra, e propôs um aumento da idade de reforma dos 60 anos para as mulheres em trabalhos intelectuais e 50 para as mulheres em trabalhos manuais - para os 65 anos, o que aumentaria a força de trabalho em cerca de 100 milhões de pessoas.

"Com o desaparecimento de uma força de trabalho barata e massiva, a China não deve continuar a depender de indústrias que exigem mão-de-obra intensiva", disse Yuan.

"Devemos concentrar-nos na pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, e continuar a melhorar a qualidade da força de trabalho, para compensar o declínio populacional", acrescentou.

Segundo o "Livro Verde da População e do Trabalho", publicado pelo CASS em Janeiro passado, a população chinesa atingirá o pico de 1,442 milhões, em 2029, e entrará em declínio no ano seguinte.

A projecção é de que, em 2025, a população do país asiático atinja os 1.364 milhões e, em 2065, 1.248 milhões - o mesmo número do que em 1996.

A actual restrição de dois filhos pode assim vir a ser também abolida, permitindo que as famílias tenham vários filhos, pela primeira vez em décadas.

Mas apesar das projecções de declínio no país mais populoso do mundo, as Nações Unidas estimam que a população global continue a crescer. Um relatório de 2017 estima que, em 2030, chegue aos 8,6 mil milhões, e que, até ao final do século, alcance os 11,2 mil milhões.

A Índia deve superar a China como o país mais populoso até 2024, segundo a ONU.

Índia prende 23 suspeitos de ligação com grupo por trás de ataque que matou 44 polícias na Caxemira

Forças indianas prenderam 23 homens suspeitos de ligações com o grupo militante paquistanês que planejou o ataque a um comboio de segurança indiano que matou 44 polícias paramilitares, disse uma autoridade policial neste domingo.

Texto: Agências

Os 23 homens incluíam membros e simpatizantes do Jaish-e-Mohammad, grupo militante que assumiu a responsabilidade pelo ataque de quinta-feira, o mais letal sobre forças de segurança indianas em décadas.

O ataque alimentou as tensões entre a Índia e o Paquistão. A Índia exigiu que o Paquistão feche o Jaish e outros grupos militantes islâmicos que operam a partir de seu solo, enquanto Islamabad rejeitou as sugestões de que teria ligação com o ataque.

A Caxemira, uma região de maioria muçulmana no centro de décadas de hostilidade, é reivindicada em sua totalidade pela Índia e pelo Paquistão, mas é governada em parte por ambos os países do sul da Ásia.

Representantes da Agência Nacional de Investigações da Índia (NIA) questionaram os suspeitos sobre o atentado no domingo, disseram duas autoridades de segurança. "Eles estão tentando entrar em contato com os principais comandantes do Jaish-e-Mohammad, incluindo seu chefe para a Caxemira", disse uma

das fontes.

Mohammed Umair, o comandante do Jaish na Caxemira que supostamente planejou o ataque, é suspeito de estar se escondendo na região onde ocorreram os ataques, disseram os oficiais.

As autoridades dizem que Umair havia "radicalizado e motivado" o jovem que jogou um carro carregado de explosivos sobre o comboio na quinta-feira.

Acredita-se que Umair tenha entrado na Caxemira indiana vindo do Paquistão em setembro para liderar o Jaish na região.

As forças de segurança suspeitam que ele esteja escondido no sul da Caxemira, segundo as fontes, que falaram sob a condição de anonimato. Autoridades indianas dizem que Umair é sobrinho do chefe do Jaish, Masood Azhar, que acredita-se que esteja no Paquistão.

O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, prometeu uma forte

resposta ao ataque e disse que deu liberdade às forças armadas para combater os militantes na fronteira. O Jaish, considerado um dos grupos militantes mais letais, expandiu sua presença na Caxemira, disse uma fonte policial.

A Índia invadiu as casas de supostos militantes em toda a Caxemira do Sul para encontrar informações sobre aqueles que planejavam e executaram o ataque. Muzaffar Ahmad Malik, cujo irmão se declarou um militante há um ano, disse à Reuters que sua casa foi invadida no sábado por tropas indianas.

"Eles estavam procurando militantes, pois disseram que tinham informações sobre militantes escondidos na casa", disse Malik.

Investigadores estão agora tentando descobrir como uma grande quantidade de explosivos usados no ataque foi contrabandeada para a Caxemira, disseram as autoridades.

Um porta-voz do ministério de assuntos internos recusou-se a comentar.

Desporto

Etíope de 19 anos bate recorde mundial dos 1.500m em pista coberta

O atleta etíope Samuel Tefera, de apenas 19 anos, quebrou neste sábado em Birmingham (Reino Unido) o recorde mundial dos 1.500 metros em pista coberta, com um tempo de 3min31s04, no mesmo local onde no ano passado se sagrou campeão mundial indoor da prova.

Texto & Foto: Agências



A melhor marca da história pertencia ao marroquino Hicham El Guerruj desde 2 de Fevereiro de 1997, quando percorreu 1.500m em 3min31s18 em Stuttgart (Alemanha).

No Meeting de Birmingham, o segundo colocado foi Yomif Kejelcha, com a marca de 3min31s58, a terceira melhor de todos os tempos. A terceira posição ficou com o australiano Stewart McSweyn, com 3min35s10.

Sociedade

→ continuação Pag. 07 - Secretário-geral da Renamo exonerado sem substituição e "todo" o organograma do partido foi mexido

nomeado para encabeçar o Departamento de Administração e Finanças. O seu adjunto chama-se Mateus Muchanga Maptuca.

Gilberto Pedro Jonathan Chirinha permanece chefe adjunto de Departamento de Informação, dirigido pelo actual porta-voz da Renamo, José Manteigas Gabriel. Este substitui na função Jerónimo Malagueta Nalia.

António Augusto Eduardo Namburete não é mais chefe do Departamento de Relações Exteriores, que passa a ser dirigido por Manuel Massungue Moiane, sem adjunto, por enquanto, na sequência da exoneração de José Manteigas, que assume o cargo acima referido.

Ossufo Momade demitiu ainda Álvaro Faquir Caul, do cargo de chefe Adjunto de Departamento de Administração Rural e Poder Local, e reconduziu-o à mesma posição na qualidade de dirigente principal. O cargo que era assumido por Lúcia Xavier Afate.

Albano Bulaunde José foi afastado da função de chefe do Departamento de Assuntos Sociais e Desmobilizados. No seu lugar ascendeu o general Faustino Adriano, que tem como adjunto Manuel João Simango.

Domingos Manuel Joaquim permanece como chefe adjunto do Departamento de Mobilização.

Ossufo Momade justificou as mexidas no organograma da Renamo com o que classificou como revitalização da "estrutura político-administrativa" do partido com vista a torná-lo "mais operativa e funcional", tendo em conta que no dia 15 de Outubro deste ano há eleições presidenciais, legislativas e provinciais.

"Neste momento, o essencial para a Renamo é estar focado na vitória do pleito eleitoral do dia de 15 de Outubro de 2019".

Dirigindo-se aos membros da Comissão Política, do Conselho Jurisdicional e a outros militantes da "perdiz" concentrados na sua sede em Maputo, Ossufo Momade afirmou, em teleconferência, que é "preciso colocar quadros em posições e sectores partidários" onde os mesmos "podem ser mais eficazes e eficientes".

"Queremos aumentar a eficácia das nossas actividades e estamos cientes de que os nomeados irão desempenhar as suas funções com zelo, responsabilidade, competência e no espírito de concórdia no seio da família Renamo, respeitando a hierarquia sem confundir a democracia interna com o liberalismo ou anarquia", disse o político.